

Oficina de Plano de Manejo

Guia do Participante



Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros
Goiás

Maio 2019



Missão do ICMBIO

A missão do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade é proteger o patrimônio natural e promover o desenvolvimento socioambiental.

—Fonte: <http://www.icmbio.gov.br/portal/missao1>



Foto da capa: Fernando Tatagiba

Demais fotos do Guia do Participante: Fernando Tatagiba

Arquivo Parque Nacional Chapada dos Veadeiros
Internet

Sumário

Agenda da Oficina	3
Ficha técnica e características gerais do Parna Nacional da Chapada dos Veadeiros.....	4
Plano de Manejo	6
Elementos do Plano de Manejo	7
O Propósito da Unidade de Conservação	9
Significância da UC	15
Recursos e Valores Fundamentais	26
Avaliação de Necessidades de Dados e Planejamento	34
Análise de Recursos e Valores Fundamentais.....	35
Análise de Questões-chave	39
Priorização de Necessidades de Dados e Planejamento.....	41
Zoneamento	43
Atos Legais, Administrativos e Normas.....	62

Agenda da Oficina

Dia 1

- Boas-vindas e apresentação dos participantes
- Apresentações sobre o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros
- Visão geral do processo de revisão do Plano de Manejo do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros
- Elaboração do propósito do Parque Nacional Chapada dos Veadeiros
- Elaboração das declarações de significância do Parque Nacional Chapada dos Veadeiros

Dia 2

- Definição dos recursos e valores fundamentais do Parque Nacional Chapada dos Veadeiros
- Avaliação dos recursos e valores fundamentais e suas necessidades de dados e planejamentos
- Identificação das questões-chave do Parque Nacional Chapada dos Veadeiros e suas necessidades de dados e planejamentos

Dia 3

- Introdução às zonas de manejo
- Avaliação do zoneamento existente
- Discussão do zoneamento do Parque Nacional Chapada dos Veadeiros

Dia 4

- Discussão sobre as normas do zoneamento
- Discussão sobre as normas gerais do Parque Nacional Chapada dos Veadeiros

Dia 5

- Priorização das necessidades de dados e planejamentos
- Avaliação e encerramento

FICHA TÉCNICA E CARACTERÍSTICAS GERAIS DO PNCV

Nome da Unidade de Conservação (UC): Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (PNCV)

Categoria e Grupo: Parque Nacional – Proteção Integral

Endereço da Sede: Rod GO 239, Km 36, Vila de São Jorge, Alto Paraíso de Goiás / GO CEP: 73.770-000, Caixa Postal 96

Fone/Fax: +55 62 3455-1114

E-mail: pnchapadadosveadeiros@icmbio.gov.br

Home page: <http://www.icmbio.gov.br/parnachapadadosveadeiros/>

Superfície: 240.611ha

Municípios parcialmente abrangidos no PNCV: Alto Paraíso de Goiás, Cavalcante, Nova Roma, Teresina de Goiás e São João da Aliança

Municípios do entorno: Colinas do Sul

Estado Abrangido: GO

Coordenadas Geográficas: o PNCV está situado entre as seguintes coordenadas: 28°20'54,5" e -49°32'55,5", ao sul; -28°05'30,3" e -49°21'00,8" ao leste; -28°03'25,2" e -49°22'56,7" ao norte e -28°09'17,3" e -49°39'55,1" a oeste

Data de Criação e Números dos Decretos: Criado pelo Decreto Federal nº 49.875, de 11 de janeiro de 1961 como Parque Nacional do Tocantins, com aproximadamente 625 mil hectares. Foi renomeado para Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros e teve seu limite redefinido para 172 mil hectares através do decreto nº 70.492, de 11 de maio de 1972. Através dos Decretos nº 86.173, de 2 de julho de 1981, e Decreto nº 86.596, de 17 de novembro de 1981, houveram novas redefinições de limites, ficando com uma área de aproximadamente 65 mil hectares. Pelo Decreto sem nº de 27 de setembro de 2001, a área alcançou 235 mil hectares, porém o decreto foi invalidado em função de mandado de segurança do Supremo Tribunal Federal - STF, em 2003. Em 2017, foi ampliado para os limites atuais, abrangendo uma área aproximada de 240 mil hectares, através do Decreto sem nº de 05 de junho de 2017.

Bioma: Cerrado

A área abrangida pelo PNCV abriga diversas fitofisionomias do bioma Cerrado, tais como campo limpo, campo rupestre, campo úmido, cerrado sentido restrito, cerrado rupestre, parque de cerrado, vereda, campo sujo, mata seca decídua, mata seca semidecídua, mata seca sempre-verde, mata de galeria, cerradão. No que diz respeito à conservação da vida no Cerrado, a unidade protege milhares de espécies, incluindo cerca de 20 espécies ameaçadas da flora brasileira; espécies de mamíferos ameaçados, como o gato-do-mato (*Leopardus tigrinus*), a Jaguatirica (*Leopardus pardalis*), o lobo-guará (*Chrysocyon brachyurus*), o veado-campeiro (*Ozotocerus bezarticus*), onça-pintada (*Panthera onca*), suçuarana (*Puma concolor*), entre outras.

Objetivo de criação da UC

Decreto de 05/06/17

I – Aumentar a representatividade de ambientes protegidos

II- Garantir a perenidade dos serviços ecossistêmicos

III- Contribuir para a estabilidade ambiental da região onde se insere; e

IV- Proporcionar o desenvolvimento de atividades de recreação em contato com a natureza e do turismo ecológico



Plano de Manejo

Objetivo da Oficina

O propósito da oficina é reunir uma equipe interdisciplinar, formada por técnicos e por pessoas que conheçam bem a unidade de conservação e a região onde está inserida, contribuindo com seus conhecimentos, experiências e informações relevantes a fim de construir seu plano de manejo.

Contexto

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), órgão ambiental do governo federal brasileiro, criado pela Lei 11.516 de 28 de agosto de 2007, é uma autarquia vinculada ao Ministério do Meio Ambiente (MMA) e integra o Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA). A sua principal missão institucional é gerir as unidades de conservação federais (UCs).

Cabe ao ICMBio executar ações da política nacional de UCs, podendo propor, implantar, gerir, proteger, fiscalizar e monitorar as unidades instituídas pela União. Também tem a função de executar políticas de uso sustentável dos recursos naturais renováveis e de apoiar o extrativismo e as populações tradicionais nas unidades de conservação federais de uso sustentável. Tem ainda o relevante papel de fomentar e executar programas de pesquisa, proteção, preservação e conservação da biodiversidade e exercer o poder de polícia ambiental nas UCs federais. No endereço eletrônico <http://www.icmbio.gov.br> pode-se obter informações completas sobre o ICMBio, suas unidades de conservação e toda a biodiversidade protegida.

De acordo com a Lei 9.985/2000 (Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC), o plano de manejo é o documento técnico no qual se estabelece o zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da UC.

Um plano de manejo serve como referência fundamental para as decisões de manejo e planejamento em uma UC do sistema federal. Descreve a missão da UC ao identificar o seu propósito, a sua significância, os seus recursos, os seus valores fundamentais e seus temas interpretativos. Também define seu zoneamento e normas, avalia as necessidades de planejamento e dados para a UC, além de identificar seus atos legais (ou regras específicas) e seus atos administrativos previamente existentes.

Para a revisão do Plano de Manejo do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros utilizaremos como base a Instrução Normativa N° 7/GABIN/ICMBIO, de 21 de dezembro de 2017, que estabelece diretrizes e procedimentos para elaboração e revisão de planos de manejo de unidades de conservação da natureza federais e o Roteiro Metodológico para elaboração e revisão de planos de manejo de unidades de conservação federais, aprovado pela Portaria ICMBio N° 1.163, de 27 de dezembro de 2018.

Elementos do Plano de Manejo

Um plano de manejo na abordagem estratégica deve incluir os seguintes elementos: declaração de propósito, declarações de significância, recursos e valores fundamentais, tópicos de interpretação ambiental, avaliação das necessidades de dados e planejamentos, zoneamento / normas gerais, atos legais e administrativos.

Relação dos Elementos do Documento de Planejamento

A figura a seguir mostra as relações dos vários elementos em um plano de manejo na abordagem estratégica. Embora os elementos estejam demonstrados como compartimentos separados, é importante perceber que o desenvolvimento de um plano de manejo é um processo integrado e todos os elementos estão interligados.

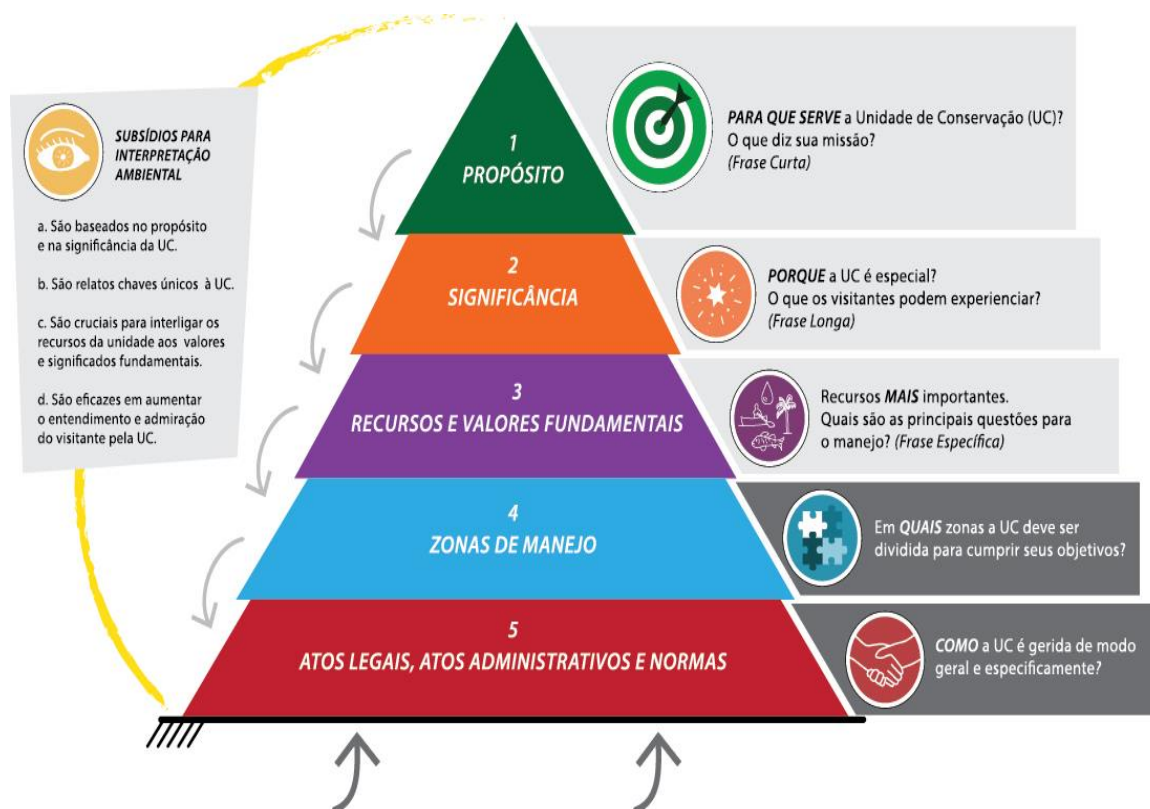


Figura 2 – Elementos do Plano de Manejo



Declaração de
Propósito



Declarações de
significância



Recursos e Valores
Fundamentais



Subsídios para
Interpretação Ambiental



Sistema de Informação
Geográfica



Avaliação da Necessidade de
Planejamento e Dados



Zoneamento



Atos Legais,
Administrativos e Normas



O PROPÓSITO DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

O plano de manejo começa com a definição do propósito da UC. O propósito identifica o(s) motivo(s) específico(s) para a criação de uma dada UC. O propósito de uma UC está baseado em uma análise cuidadosa da razão de sua existência, incluindo os estudos prévios à criação, os objetivos previstos no Decreto de criação e os da categoria de manejo, conforme a Lei 9.985/2000 - SNUC. Além de conectada com a missão do ICMBio, a declaração de propósito estabelece o alicerce para o entendimento do que é mais importante acerca da UC e vai além de apenas reafirmar o decreto de criação. Ele consiste no critério mais fundamental contra as quais são testadas a conformidade das recomendações de planejamento, as decisões operacionais e as demais ações.

Melhores Práticas para uma Declaração de Propósito de UC

- A declaração está fundamentada em uma análise detalhada da razão de existência da UC e da legislação que influenciou a implantação da UC.
- A declaração não só reafirma a razão de existência, mas torna a linguagem acessível ao público em geral.
- A declaração é concisa e vai direto ao ponto.
- A UC pode ser distinguida das demais ao se ler a declaração de propósito.
- O propósito pode ser refinado ao longo da Oficina, com o amadurecimento dos tópicos trabalhados.

Exercícios para construção do “Propósito”

Perguntas orientadoras:

POR QUE A UC FOI CRIADA?

QUAL SUA RAZÃO DE EXISTÊNCIA?

Exercício 1: Considerar exemplos de declarações de propósito feitos para outras UC e pelas experiências piloto no Brasil, e discutir os elementos que o tornam eficazes como propósito das UC.

Exercício 2: Ler os principais componentes do histórico e decreto de criação e demais subsídios do PNCV. Discutir as principais razões pelas quais a UC foi estabelecida.

Exercício 3: Desenvolver o rascunho de uma declaração de propósito para a UC.

Concluído o exercício, pôr à prova a declaração rascunhada comparando-a com as melhores práticas para declaração de propósito fornecidas acima.



EXEMPLOS DE DECLARAÇÕES DE “PROPÓSITO” DE OUTRAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

- O Parque Nacional de São Joaquim é o primeiro parque nacional do estado de Santa Catarina e foi criado para preservar a biodiversidade, as belezas naturais e os aspectos do patrimônio histórico e cultural, característicos do Planalto Sul Catarinense e da encosta da serra Geral, inseridos no bioma Mata Atlântica, garantindo a compatibilidade da recreação, do lazer, da pesquisa científica e da educação ambiental com um ambiente saudável para as presentes e futuras gerações.
- O Propósito da RESEX Marinha de Soure: A Reserva Extrativista Marinha de Soure, localizada na costa leste da maior ilha fluviomarinha do mundo, onde a grandiosa bacia Amazônica encontra o Oceano Atlântico, permite a relação harmônica entre o homem e a natureza, seguindo o ritmo das águas e das marés. Parte da maior faixa contínua de floresta de manguezal do planeta e lar de praias estuarinas, essa Unidade de Conservação se destaca pela cultura marajoara local, práticas sustentáveis de uso dos recursos naturais e turismo ecológico e de base comunitária.
- O Parque Nacional do Iguaçu, reconhecido como Patrimônio Natural Mundial e palco das impressionantes Cataratas do Iguaçu, preserva importante remanescente da Mata Atlântica, compartilha sua beleza cênica e conserva sua biodiversidade promovendo benefícios socioambientais para as presentes e futuras gerações.
- Criada em Paraty na Serra do Mar entre o Rio de Janeiro e São Paulo a partir da luta das comunidades tradicionais caiçaras pelo território, a APA Caiçu é um dos últimos redutos de Mata Atlântica onde é assegurado o modo de vida de indígenas, quilombolas, caiçaras e comunidades rurais, que com suas formas de saber e fazer, protegem a diversidade de ambientes, lar de espécies raras e rios de águas cristalinas que desaguam onde as montanhas encontram o mar.



SUBSÍDIOS PARA CONSTRUÇÃO DO PROPÓSITO DO PARQUE NACIONAL DA CHAPADA DOS VEADEIROS

SNUC (LEI 9.985/2000):

- O objetivo básico das Unidades de Proteção Integral é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos nesta Lei. (Art. 7º)

- Parque Nacional tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico (Art. 11).

DECRETO 49.875, de 11 DE JANEIRO DE 1961:

Cria o Parque Nacional do Tocantins.

DECRETO 70.492 DE 11 de maio de 1972:

O Parque Nacional do Tocantins passa denominar-se Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros.

DECRETO S/N DE 5 DE JUNHO DE 2017:

Amplia o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros.

Art. 1º Fica ampliado o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, com área total aproximada de 240.611 ha (duzentos e quarenta mil, seiscentos e onze hectares), localizado nos municípios de Alto paraíso de Goiás, Cavalcante, Nova Roma, Teresina de Goiás e São João da Aliança, estado de Goiás, com os objetivos de:

- I- Aumentar a representatividade de ambientes protegidos
- II- Garantir a perenidade dos serviços ecossistêmicos
- III- Contribuir para a estabilidade ambiental da região onde se insere, e
- IV- Proporcionar o desenvolvimento de atividades de recreação em contato com a natureza e do turismo ecológico

HISTÓRICO DE CRIAÇÃO DO PARQUE

Criado em 1961 no final do mandato de Juscelino Kubitscheck, como Parque Nacional do Tocantins, como resposta as preocupações ambientais que surgiram na época da expansão da fronteira econômica do país à época da criação de Brasília. Foi redelimitado duas vezes, em 1972 e em 1981, perdendo 90% de sua área original e assim perdendo parte das finalidades aos quais foi proposto. Em 1998, dentro do programa PROBIO/MMA identificou-se a necessidade de ampliação do parque, por ser uma área de extrema importância biológica. Em 2001, foi decretada a ampliação do PNCV para 235 mil ha, porém em 2003 o STF julgou um mandato de segurança que alegava vício no



processo de criação, e por fim aquele decreto foi revogado. No entanto, é de se destacar que a decisão do STF não questionou o mérito do processo, mas apenas o fato de não ter havido consulta pública formal à época. E havendo mérito no processo de ampliação, terminou por recomendar ao Poder Executivo que retomasse o processo, podendo editar outro decreto, desde que atendesse às formalidades legais de consulta. Em 2017, após estudos técnicos e audiências públicas, o Parque Nacional foi ampliado para os limites atuais, abrangendo uma área aproximada de 240 mil hectares, pelo Decreto s/nº de 05 de junho de 2017.



© Fernando Tatagiba/ICMBio

OBJETIVOS ESPECÍFICOS DE MANEJO ELENCADOS NO PLANO DE MANEJO DE 2009

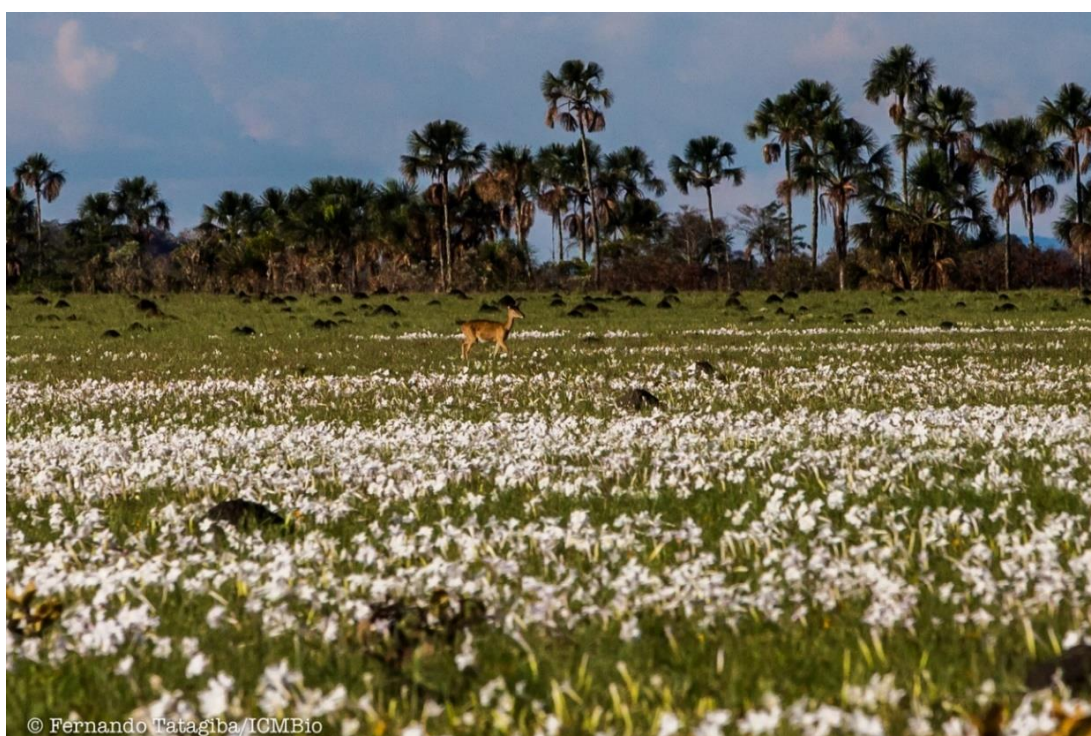
- **Assegurar a integridade** e a riqueza do bioma Cerrado e das paisagens geológicas e geomorfológicas preservados no PNCV;
- **Preservar amostras representativas** dos ecossistemas florestais e campestres de Cerrado, dentro de suas variações de altitudes no PNCV;
- **Proteger as paisagens naturais** de notável beleza cênica no interior do PNCV;
- **Proteger os corpos hídricos do PNCV**, bem como assegurar a conservação das nascentes encontradas no entorno, em especial as que drenam para seu interior, visando de favorecer a Bacia Hidrográfica do Rio Tocantins;



- **Favorecer as condições**, estimular e promover a educação e a interpretação ambiental e a recreação em contato com a natureza;
- **Assegurar a qualificação** do Parque, na condição de zona núcleo, com os objetivos da Reserva da Biosfera do Cerrado - Fase II e como Patrimônio Natural da Humanidade;
- **Propiciar a integração** do Parque com outras unidades de conservação contíguas e próximas, de modo a favorecer a gestão ambiental em mosaico;
- **Contribuir com a conectividade** entre os remanescentes florestais da região de forma a favorecer o trânsito e a troca genética dos corredores ecológicos, cumprindo sua função junto ao Corredor Ecológico Paranã-Pirineus;
- **Proteger e assegurar o habitat** e a manutenção de populações das espécies de fauna, em especial as raras, endêmicas e ameaçadas de extinção encontradas no PNCV e em sua área de influência, dentre eles: *Myrmecophaga tridactyla* (tamanduá- bandeira), *Chrysocyon brachyurus* (lobo-guará), *Leopardus pardalis* (jaguatirica), *Mergus octosetaceus* (pato-mergulhão) e *Porphyrospiza caerulescens* (azulão-do- cerrado);
- **Proteger e assegurar a manutenção** de populações das espécies de flora, consideradas raras ou endêmicas, encontradas no PNCV e em sua área de influência, dentre elas: *Ilex congesta* (Aquifoliaceae), *Maytenus chapadensis* (Celastraceae), *Mimosa irwinii* e *M. venatorum* (Leguminosae), e *Xyris goyazensis* e *X. metallica* (Xyridaceae), bem como das espécies ameaçadas por super-exploração, tais como: *Lynchnophora ericoides* - arnica (Compositae) e a *Myracodruon urundeuva* - aroeira (Anacardiaceae);
- **Proporcionar meios e incentivos técnicos** para atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental, em especial da prevenção de incêndios florestais, de estudos de ecologia da biodiversidade encontrada no PNCV, do monitoramento das espécies invasoras e estudos de biologia das espécies mais representativas;



- **Proteger e limitar o acesso às nascentes** dos Córregos Maria Teles, Diogo, Galinha, Buritizal Grande, Roncador, Brejo, Gameleira, Quilombo, Muquém e Santana, resguardando a zona intangível do PNCV;
- **Contribuir, estimular e integrar** os princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento da zona de amortecimento desta unidade;
- **Apoiar atividades de turismo sustentável** no entorno, contribuindo com a dinamização da economia local.



SIGNIFICÂNCIA DA UC

Declarações de significância expressam porque os recursos e valores da UC são importantes o bastante para justificar a sua criação e integração ao sistema federal de UC. Tais declarações são diretamente associadas ao propósito da UC e são apoiadas pelo conhecimento disponível, percepções culturais e consenso. Declarações de significância descrevem a natureza única da UC, bem como porque a área é importante no contexto global, nacional, regional e sistêmico, inclusive pela provisão de serviços ecossistêmicos, que são aqueles benefícios que aquela área protegida presta a sociedade e que podem ser especificados.

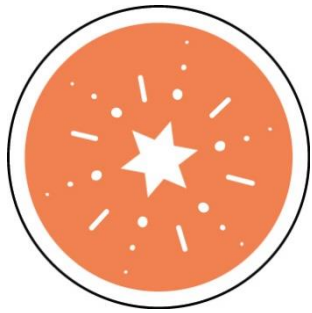
Declarações de significância refletem as demandas científicas e acadêmicas, bem como as percepções culturais mais atuais, as quais podem ter mudado desde o estabelecimento da unidade.

Declarações de significância definem o que é mais importante a respeito dos recursos e valores de uma UC, que irão ajudar com o planejamento e o manejo, e são orientadas por: (1) legislação relativa à criação e outros dispositivos legais referentes à sua implantação; e (2) uma melhor compreensão dos recursos como resultado das atividades de manejo, pesquisa e engajamento público. Apesar de cada UC ter muitos recursos e valores importantes, nem todos contribuem com a significância da UC.

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC - tem os seguintes objetivos:

- I. contribuir para a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos no território nacional e nas águas jurisdicionais;
- II. proteger as espécies ameaçadas de extinção no âmbito regional e nacional;
- III. contribuir para a preservação e a restauração da diversidade de ecossistemas naturais;
- IV. promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais;
- V. promover a utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento;
- VI. proteger paisagens naturais e pouco alteradas de notável beleza cênica;
- VII. proteger as características relevantes de natureza geológica, geomorfológica, espeleológica, arqueológica, paleontológica e cultural;
- VIII. proteger e recuperar recursos hídricos e edáficos;
- IX. recuperar ou restaurar ecossistemas degradados;
- X. proporcionar meios e incentivos para atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental;
- XI. valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica;
- XII. favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico;





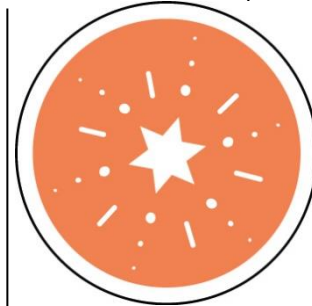
XIII. proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente.

Declarações de significância acerca de uma UC geralmente incluem um ou mais dos elementos listados acima. Tais declarações são usadas para orientar as decisões relativas ao manejo e ao planejamento a fim de garantir que os recursos e valores que contribuem com a designação da UC sejam preservados.

Melhores Práticas para Declarações de Significância de Unidades de Conservação

“FATOR UAU!”

- A declaração define claramente uma das coisas mais importantes a respeito dos recursos/valores da unidade de conservação com base no porquê da unidade ter sido criada.
- A declaração não apenas lista os recursos e valores, mas inclui porque a unidade é importante no contexto global, nacional, regional ou sistêmico.
- A declaração pode ser conectada ao propósito e à razão de existência da UC.
- A declaração reflete pesquisas científicas ou acadêmicas e interpretações, incluindo mudanças que podem ter ocorrido desde o estabelecimento da UC.
- A declaração precisa ser suportada por dados e capaz de subsistir à revisão por atores locais.
- A UC pode ser distinguida de outras unidades mediante a leitura da declaração de significância.



Exercícios para construção da Significância de Unidades de Conservação

Perguntas orientadoras:

POR QUE A UC É ESPECIAL?

O QUE TORNA ESSA UC ÚNICA?

O QUE ELA REPRESENTA NOS CONTEXTOS REGIONAL, NACIONAL OU GLOBAL?

Exercício 1 (plenária): Analisar exemplos de declarações existentes de significância de outras UC e outros documentos do Parque Nacional Chapada dos Veadeiros e discutir os elementos que tornam eficazes certas declarações de significância.

Exercício 2 (plenária): Identificar os principais tópicos de significâncias dentre as existentes para o Parque Nacional Chapada dos Veadeiros. Falta alguma coisa? Se faltar, gerar novos tópicos de significância adicionais relevantes.

Exercício 3 (3 ou 4 grupos menores): Um ou mais tópicos de significância serão atribuídos a cada grupo que iniciam a construção dos textos de significância completos para os tópicos que receberam, tendo em mente as melhores práticas.

Exercício 4 (plenária): Reunir o grupo todo para revisar, discutir e refinar os rascunhos de declarações de significância propostos pelos grupos menores. Pôr à prova todas as declarações de significância comparando-as com os critérios-chave para as declarações de significância.

- ✓ A declaração define claramente uma das coisas mais importantes acerca dos recursos/valores da UC com base no motivo pelo qual a UC foi estabelecida? É específico?
- ✓ A declaração vai além de apenas listar os recursos e valores e inclui o porquê da unidade ser relevante em âmbito nacional? Foram considerados os Serviços Ecossistêmicos prestados?
- ✓ A declaração reflete pesquisas e interpretações acadêmicas atuais, incluindo mudanças que possam ter ocorrido desde o estabelecimento da UC? Existem Evidências?
- ✓ As declarações de significância estão conectadas com o Propósito?

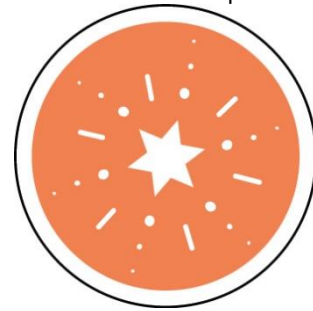


EXEMPLOS DE DECLARAÇÕES DE SIGNIFICÂNCIA:

Parque Nacional do Iguaçu

- O Parque Nacional do Iguaçu, um dos mais visitados do Brasil, abriga as majestosas Cataratas do Iguaçu e proporciona uma experiência emocionante de recreação em contato com a natureza, sendo referência em conforto, segurança, acessibilidade e inovação em relação aos parques brasileiros. Estimula o crescimento socioeconômico local, regional e nacional e desenvolve toda uma cadeia de serviços e negócios vinculados ao turismo e meios de produção, gerando importantes oportunidades de emprego e contribuindo de maneira significativa para uma geração de renda.
- O Parque Nacional do Iguaçu, com seus mais de 185 mil hectares, é o maior remanescente de Mata Atlântica de Interior, e se insere em um contexto geográfico singular ao se conectar com outros fragmentos florestais semelhantes na Argentina, destacando-se o P.N. Iguazu. Este contínuo florestal, denominado Corredor Verde, abriga uma rica biodiversidade, incluindo espécies raras e ameaçadas de fauna e flora como a jacutinga, surubim-do-iguazu, bugio, harpia, gato-maracajá, peroba-rosa e palmito-juçara, com grande potencial para pesquisas científicas.





Reserva Extrativista Marinha de Soure

- A Resex Soure localizada na Ilha do Marajó, a maior ilha fluvioestuarina do mundo abriga um conjunto de ambientes costeiros influenciados pela dinâmica de macromarés, ventos e correntes, que modificam constantemente a paisagem. Florestas de manguezais exuberantes, dunas intocadas, praias estuarinas paradisíacas, uma complexa rede de canais de maré, furos, rios, igarapés interligados, além de campos alagados e matas de várzeas compõem o belíssimo cenário desta unidade. A conservação desses ambientes proporciona a prestação de importantes serviços ecossistêmicos de escala local a global, como: berçário de diversas espécies, sequestro de carbono, proteção contra a erosão costeira, e ciclagem de nutrientes.
- O ambiente da Resex Soure possibilita a ocorrência de processos ecológicos que favorecem a migração da avifauna trans-hemisférica.
- A Resex Soure, criada pela mobilização dos caranguejeiros contra práticas predatórias, foi um dos mais importantes acontecimentos na conservação socioambiental da costa amazônica por ser a primeira nessa categoria. A unidade tornou-se emblemática e inspiradora na luta dos extrativistas da região pelos territórios tradicionais que compõem a mais extensa faixa contínua de manguezal do mundo e o maior público de pesca artesanal da costa do Brasil.
- A Resex Soure se destaca pela imersão no sentimento de pertencimento à cultura tradicional marajoara, expressa nos seus sabores e saberes, como na cerâmica, gastronomia e carimbó, que inspira uma relação harmoniosa com a natureza.



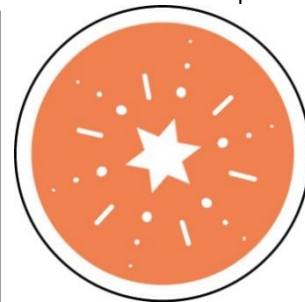
Parque Nacional de São Joaquim

- O Parque Nacional de São Joaquim abriga um dos pontos mais altos de Santa Catarina, o morro da Igreja e paisagens deslumbrantes, como a Pedra Furada, além de aspectos históricos e culturais únicos que oportunizam a realização de caminhadas, cavalgadas (como tropeirismo) e outras atividades de recreação e lazer, de modo que os visitantes possam desfrutar de descobertas, superação de objetivos, isolamento e liberdade.
- O Parque Nacional de São Joaquim é de grande relevância nacional por ser um dos primeiros do país a proteger os últimos remanescentes de mata de Araucária em Santa Catarina, bem como é zona-núcleo da reserva da biosfera da Mata Atlântica. A diversidade de ambientes protegidos deste bioma, como as matinhas nebulares, os campos de altitude, a floresta ombrófila mista (mata de araucária) e a floresta ombrófila densa (floresta densa), cria uma conectividade entre diversos ecossistemas, como também com outras unidades de conservação, propiciando a proteção de uma grande variedade de espécies de fauna e de flora, como o leão-baio (onça-parda), a jaguatirica, o gato-do-mato, a orquídea-vermelha, o xaxim e a adesmia. Cite-se que algumas são endêmicas ou ameaçadas de extinção, como é o caso do xaxim.
- O Parque Nacional de São Joaquim constitui uma das mais impressionantes exposições do mundo de derrames de lava basáltica, formadas durante a fragmentação do continente Gondwana, resultando nas exuberantes encostas e cânions da serra Geral.
- O Parque Nacional de São Joaquim apresenta testemunhos da última era glacial e das flutuações climáticas ocorridas antes do aparecimento dos seres humanos na Terra e de outras flutuações mais recentes, todos manifestados por meio das rochas, dos solos, nos tipos de vegetação e espécies existentes.
- O Parque Nacional de São Joaquim proporciona sensações incríveis de vivências, como ver o sol nascer com um mar de nuvens em um dia de caminhada, dormir sob as estrelas, escalar suas grandes e verticais paredes, entrar em seus profundos cânions, passando por suas gigantes cachoeiras e piscinas naturais, bem como vivenciar a sua conexão com a natureza bruta e o silêncio profundo.



SUBSÍDIOS PARA A CONSTRUÇÃO DA DECLARAÇÃO DE SIGNIFICÂNCIA DO PARQUE NACIONAL DA CHAPADA DOS VEADEIROS:

MINUTA DA DECLARAÇÃO DE SIGNIFICÂNCIA DO PLANO DE MANEJO DO PARQUE NACIONAL CHAPADA DOS VEADEIROS (2009)



- **O PNCV é uma das áreas mais importantes** de conservação do Planalto Central do Brasil. Constitui uma das áreas-núcleo da Reserva da Biosfera do Cerrado Fase II, inserindo-se no corredor ecológico Paraná-Pirineus e na Área de Proteção Ambiental – APA do Pouso Alto. Sua beleza cênica é conhecida internacionalmente, sendo que em 2001 a União Mundial pela Natureza - IUCN emitiu parecer favorável ao título de Patrimônio Mundial
- **A presença de Chapadas** ainda intactas pela ação humana representa um dos remanescentes do tipo de relevo existente na região do Planalto Central. No interior do Parque Nacional estão protegidas várias fitofisionomias e paisagens do Cerrado, bem como uma grande diversidade de flora e fauna, que inclui até mesmo espécies raras e ameaçadas de extinção
- **A grande diversidade encontrada no PNCV** é refletida pela diversidade da fauna. Em termos de proteção de espécies ameaçadas de extinção, o PNCV abriga espécies de mamíferos, insetos, anfíbios, aves e plantas (ver lista de espécies ameaçadas em anexo no final do documento). O Parque possui grande potencial para o desenvolvimento de pesquisas científicas voltadas para a conservação, manejo e monitoramento ambiental, bem como para atividades de educação ambiental por estudantes dos diferentes níveis de ensino. Sua acessibilidade favorece o desenvolvimento de ações dessa natureza por instituições de ensino e de pesquisa do Distrito Federal e Goiás
- **O parque apresenta relevante importância** para a preservação de amostras significativas do Cerrado do Brasil Central, especialmente do Cerrado de altitude, para proteção das reservas hídricas da área do alto curso do rio Tocantins, atividades de ecoturismo, recreação e educação ambiental em áreas naturais não só para a população das cidades próximas e do Centro Oeste, mas também, para aquela de diferentes pontos do país.
 - **No interior do Parque Nacional** estão protegidas várias fitofisionomias e paisagens do Cerrado *senso strictu*, bem como uma grande diversidade de flora e fauna, que inclui até mesmo espécies raras e ameaçadas de extinção
 - **A presença de Chapadas** ainda intactas pela ação humana representa um dos remanescentes do tipo de relevo existente na região do Planalto Central.



• **Os atributos que melhor definem este Parque** são suas águas, seus ambientes de cerrado de altitude, suas paisagens e os aspectos históricos-culturais associados.

• **Important Bird Area (IBA):** A região da Chapada dos Veadeiros foi classificada com uma Important Bird Area (IBA). A seleção de Áreas Importantes de Aves e Biodiversidade (IBAs) é obtida por meio da aplicação de critérios ornitológicos fundamentados em conhecimento atualizado sobre os tamanhos e tendências das populações de aves. Os critérios asseguram que os locais selecionados como IBAs tenham verdadeiro significado para a conservação internacional das populações de aves.

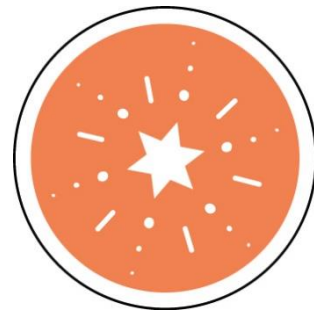
• **Sítio do Patrimônio Mundial** - o Parque Nacional Chapada dos Veadeiros é uma das áreas mais importantes de conservação do Planalto Central do Brasil tendo sido reconhecido como Patrimônio Natural Mundial, pelo Comitê do Patrimônio Mundial da UNESCO¹

• **Reserva da Biosfera RBC** - Fase II, que engloba o Parque Nacional Chapada dos Veadeiros, conta com uma área núcleo de 115.714 ha, uma zona de amortecimento de 900.000 ha e uma zona de transição de 1.900.000 ha, aproximadamente. Sua zona-núcleo é composta pelo Parque Nacional Chapada dos Veadeiros, o Parque Estadual da Terra Ronca e o Parque Municipal de Itiquira. Esta Reserva da Biosfera, em novembro de 2000, teve seu tamanho original ampliado em dez vezes pela UNESCO, atingindo cerca de dois milhões de hectares.

• **A região da Chapada dos Veadeiros** é conhecida por muitos como "berço das águas". O Parque contribui com esta importância para a qualidade das águas, protegendo em seu interior as porções mais altas no planalto central, incluindo mais de 600 (dado extrapolado de todas as nascentes da base hidrográfica mais refinada que dispomos) nascentes que abastecem a bacia do Rio Tocantins e diversas fitofisionomias e paisagens do cerrado na região mais central do bioma. Tem papel importante na conservação de um conjunto significativo de espécies, sendo muitas delas endêmicas ou ameaçadas. Além disso, em decorrência de sua ampliação, tornou-se ainda mais relevante para a manutenção de populações viáveis de grandes mamíferos do cerrado, que precisam de amplos territórios para se manterem.

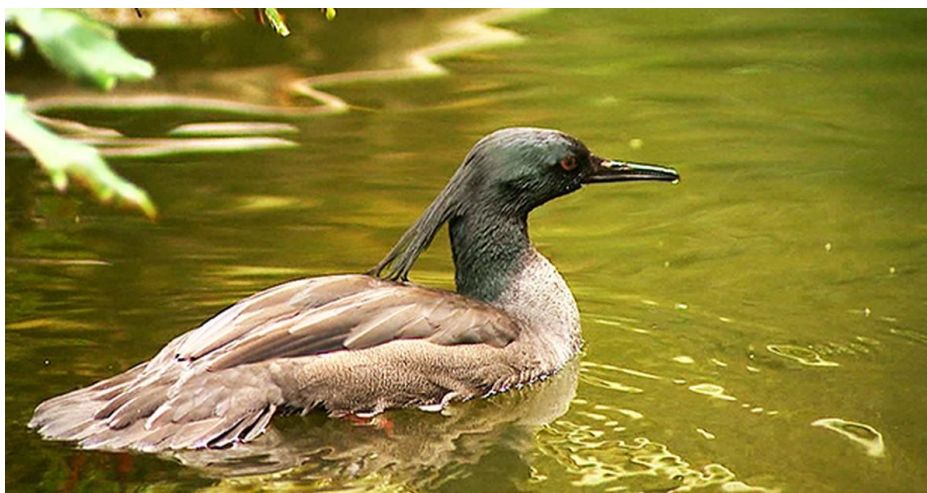
• **A grande diversidade** encontrada no PNCV é refletida pela diversidade da fauna. Em termos de proteção de espécies ameaçadas de extinção, o PNCV abriga as seguintes espécies de mamíferos: Lonchophylla dekeyseri (morcego-beija-flor), Monodelphis rubida (catita), Myrmecophaga tridactyla (tamanduá-bandeira), Blastocerus dichotomus (cervo-do-pantanal), Chrysocyon brachyurus (lobo-guará), Leopardus pardalis (jaguaritica), Leopardus tigrinus (gato-do-mato-pequeno), Oncifelis colocolo (gato palheiro), Panthera onca (onça pintada)

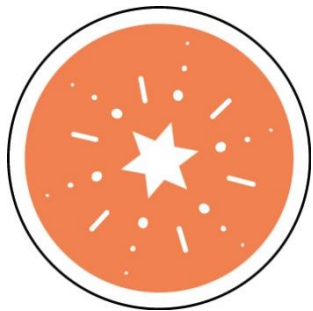
¹ Decisão CONF 208 X.A. do Comitê do Patrimônio Mundial da Unesco



Pteronura brasiliensis (ariranha), *Puma concolor* (onça-parda) *Speothos venaticus* (cachorro-do-mato-vinagre). As duas espécies do gênero *Leopardus* encontradas no Parque (jaguatirica e gato-do-mato) também ocorrem em baixas densidades, mas isto se dá por serem espécies associadas a ambientes florestais. Outras espécies ameaçadas estão em boas condições no PNCV, ocorrendo em densidades razoáveis, como tamanduá-bandeira, gato-palheiro, onça-parda e lobo-guará, além do veado-campeiro, considerado “próximo de estar ameaçado” pela nova lista. O *Lonchophylla dekeyseri* (morcego-beija-flor) e o *Monodelphis rubida* (catita), merecem uma atenção especial pois além de estarem em risco de extinção, essas espécies são endêmicas para o bioma Cerrado. Outras espécies endêmicas que estão em perigo de extinção menos agravante mais não menos importantes são *Monodelphis Kunzi* (Catita-terrestre-marrom), *Calomys tener* (rato), *Psudoryzomys simplex* (rato-do-mato), *Lycalopex vetulus* (raposinha-do-campo).

- **No grupo de aves**, o PNCV abriga algumas espécies que se encontram na lista de espécies brasileiras ameaçadas de extinção: *Mergus octosetaceus* (pato-mergulhão), *Culicivora caudacuta* (papa-moscas-do-campo), *Alectrurus tricolor* (Galito), *Tigrisoma fasciatum* (socó- jararaca), o *Coryphaspiza melanotis* (socó-boi-escuro), *Geobates poecilopterus* (andarilho), *Nothura minor* (codorna), *Taoniscus nanus* (carapé), sendo que as três últimas espécies são endêmicas para o Cerrado. Também há registros de espécies presumivelmente ameaçadas ou prestes a serem consideradas em extinção, representadas na região por: *Rhea americana* (Ema), *Spizaetus tyrannus* (gavião-pega-macaco), *Micropygia schomburgkii* (maxalalagá), *Philydor dimidiatus* (limpa-folha-ferrugem), *Hylocryptus rectirostris* (barranqueiro), *Cypsnagra hirudinaceae* (bandoleta), *Neothraupis fasciata* (tié-do-cerrado) e *Porphyrospiza caerulescens* (azulão-do-cerrado). Outras espécies endêmicas para o biomas são: *Amazona xanthops* - papagaio-galego, *Melanopareia torquata* - mineirinho, *Herpsilochmus longirostris* - chorozinho-bicudo, *Hylocryptus rectirostris* - Barraqueiro, *Antilophia galeata* - Soldadinho, *Cyanocorax cristatellus* - Gralha, *Neothraupis fasciata* - Tié- do-cerrado, *Poospiza cinerea* - capacetinho-cinza, *Saltator atricollis* - Batuqueiro, *Porphyrospiza caerulescens* - Azulão-do-cerrado e *Charitospiza eucosma* – Mineirinho.



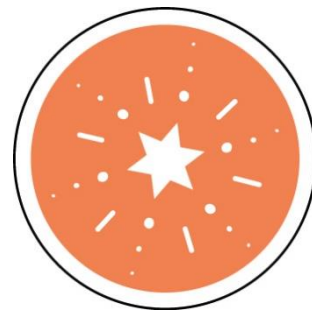


- **No grupo de anfíbios** são registradas diversas espécies de anuros endêmicas de Cerrado, como o *Proceratophrys goyana* - sapo-de-chifre; as *Hyla pseudopseudis* e *Hyla rubicundula* - pererecas; *Colosthetus goianus* - sapo; *Leptodactylus tapeti* - rã; *Odontophrynus salvatori* - sapo-fusquinha, *Bufo ocellatus* - sapo. Entre as espécies de lagartos são registrados *Hoplocercus spinosus* - calango-roseta, *Norops meridionalis*, *Tropidurus oreadicus* - calango, *Tropidurus itambere* - calango, *Bachia bresslaui* e *Micrablepharus atticolus* – lagartinho, como espécies endêmicas do Cerrado.

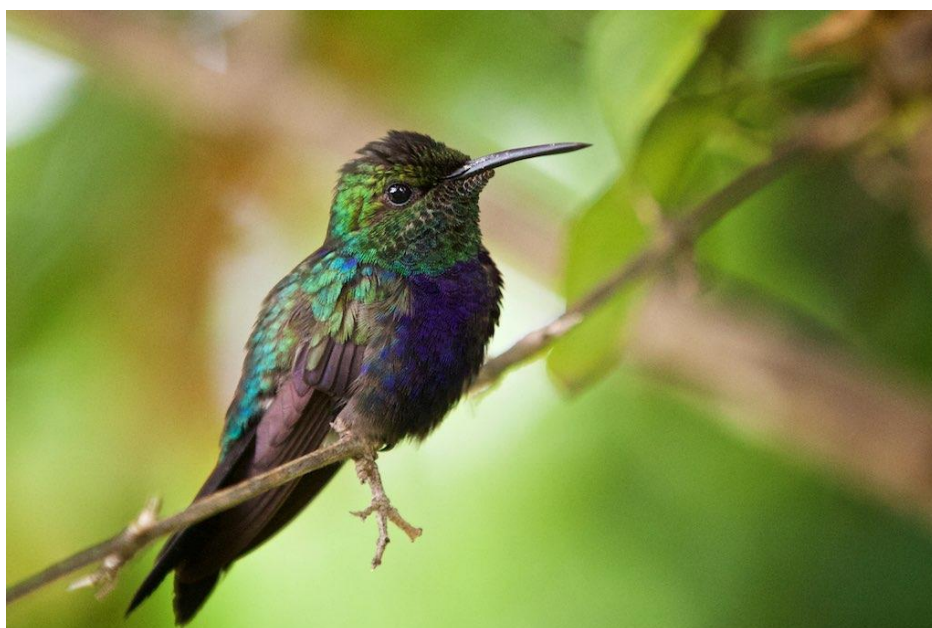
- **Em termos de fauna ictiológica**, são registradas no PNCV espécies que estão sendo prejudicadas pelo represamento do rio Tocantins pela UHE Serra da Mesa: *Prochilodus nigricans* (curimatá), *Leporinus friderici* (piauí), *Hypostomus emarginatus*, *Geophagus* cf. *surinamensis*, *Pseudodoras niger* (aboatoado) e *Pimelodus blochii* (mandi). Para a entomofauna do PNCV, apesar de ser a mais diversa, a insuficiência de estudos sobre esse grupo de animais não registra nenhum inseto ameaçado até o presente momento.

- **Dentre as espécies de flora raras ou endêmicas presentes** na região podem ser encontradas: *Ilex congesta* (Aquifoliaceae), *Maytenus chapadensis* (Celastraceae), *Calea irwinii*, *Eremanthus veadeiroensis*, *Planaltoa lynchnophoroides*, *Trichogonia graziae*, *Trichogonia prancei*, *Vernonia grearii* e *V. souzai* (Compositae), *Lomatozana artemisaefolia* (Compositae), *Leucothoe chapadensis* (Ericaceae), *Paepalanthus phaeocephalus* e *Syngonanthus appressus* var. *chapadensis* (Eriocaulaceae), *Manihot irwinii* (Euphorbiaceae), *Chamaecrista altoana*, *Chamaecrista cavalcantiana*, *Mimosa irwinii* e *M. venatorum* (Leguminosae), *Hyptis paradisi* e *H. tagetifolia* (Labiatae), *Diplusodon appendiculosus* (Lythraceae), *Banisteriopsis irwinii* e *Peixotoa goiana* (Malpighiaceae), *Miconia irwinii* e *Lavoisiera ordinata* (Melastomataceae), *Encyclia chapadensis* (Orchidaceae), *Podocarpus sellowii*, *P. brasiliensis* (Podocarpaceae), *Barbacenia andersonii* e *B. cylindrica* (Velloziaceae) e *Xyris goyazensis* e *X. metallica* (Xyridaceae). E algumas espécies estão ameaçadas por super-exploração, tais como *Lynchnophora ericoides* - arnica (Compositae) e a *Myracodruon urundeuva* - aroeira (Anacardiaceae), enquanto outras estão ameaçadas pela destruição de seus habitats, como as espécies de matas mesofíticas.

- Segundo **levantamento do FBDS** (Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável) utilizando imagens de alta resolução do satélite RapidEye, são encontradas 653 nascentes protegidas pelo Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros.



- **O Parque protege extensas porções do Cerrado de altitude** na região da Chapada dos Veadeiros que, por sua posição central no Bioma, apresenta um conjunto único de espécies que caracteriza a antiguidade e estabilidade da flora, altos níveis de endemismos, abriga fauna dependente de grandes extensões territoriais e espécies animais e vegetais ameaçadas especialmente pela redução de habitat. A elevada biodiversidade associada às pressões e ameaças de origem antrópica, conferem ao Cerrado a condição de área prioritária (hotspot) para conservação e grande potencial para o desenvolvimento do conhecimento científico.





RECURSOS E VALORES FUNDAMENTAIS

Uma das responsabilidades mais importantes dos gestores de UC é garantir a conservação e o desfrute público das qualidades que são essenciais (fundamentais) para atingir o propósito da UC e manter sua significância. Tais qualidades são denominadas recursos e valores fundamentais das unidades de conservação.

Os recursos e valores fundamentais são aqueles aspectos ambientais (espécies, ecossistemas, ou processos ecológicos), sociais (bem estar social), econômicos, culturais, históricos, geológicos, paisagísticos e outros atributos, incluindo serviços ecossistêmicos, que em conjunto são representativos de toda a UC, e serão levados em conta, prioritariamente, durante os processos de planejamento e manejo porque são essenciais para atingir o propósito da UC e manter sua significância. Os recursos e valores fundamentais estão intimamente ligados ao ato legal de criação da UC e são mais específicos que as declarações de significância.

Os recursos e valores fundamentais auxiliam a concentrar os esforços de planejamento e manejo no que seja realmente significativo acerca da UC. Se os recursos e valores fundamentais forem degradados, o propósito e/ou significância da UC podem estar em risco. Além disso, os recursos e valores fundamentais devem ter ligação clara com a conservação da biodiversidade, ou seja, nos casos dos valores sociais e culturais, sua manutenção deve estar ligada ao uso sustentável de recursos e a conservação da UC.





Um recurso ou valor fundamental deve ser algo que não possa ser questionado, ao menos facilmente. Deve ser algo com que todos concordem. Uma questão que as equipes de planejamento precisam responder ao identificar recursos e valores fundamentais é: “Será que a UC ainda atingiria seu propósito e satisfaria sua(s) declaração(ões) de significância sem este recurso ou valor?”

Melhores Práticas para a Identificação de Recursos e Valores Fundamentais

- O recurso ou valor em questão é crucial para alcançar o propósito da UC e manter sua significância, e tal associação deve ser clara para manter a conexão entre estes elementos.
- Dentre os participantes da oficina e na equipe da UC, há forte consenso de que o recurso ou valor em questão é crucial para a viabilidade futura da UC.
- O recurso ou valor em questão não é abstrato ou amplo demais, não abrange todos os recursos presentes na UC e não é genérico (isto é, deve ser específico).
- É imprescindível que haja aspectos ambientais (espécies, ecossistemas, ou processos ecológicos), dentre os RVF.
- RVF sociais e culturais (bem estar social), devem ser relacionados aos aspectos ambientais sempre que possível.





Exercícios para definição dos Recursos e Valores Fundamentais

Pergunta orientadora:

QUAIS RECURSOS OU VALORES SÃO MAIS IMPORTANTES PARA ATINGIR O PROPÓSITO E A SIGNIFICÂNCIA DA UC?

Exercício 1 (plenária): Analisar exemplos de recursos e valores fundamentais existentes para outras UC e discutir os elementos que os tornam eficazes e ineficazes.

Exercício 2 (em subgrupos): O grupo grande será dividido em duas equipes, sendo cada equipe dividida em dois “subgrupos” cada. Os subgrupos devem identificar os 5 RVF que consideram mais importantes para atingir o Propósito e a Significância da UC, com a intenção de acertar as respostas do outro “subgrupo” de sua equipe. A equipe marca um ponto para cada RVF igual entre os “subgrupos”.

Exercício 3 (grupos pequenos): Dividir em grupos pequenos com base na experiência e interesse, e atribuir um ou mais RVF para cada grupo. Cada grupo irá desenvolver descrições completas (1-2 sentenças) para cada RVF, definindo também a ligação com a conservação para cada um deles. Os grupos irão registrar um RVF e sua descrição por flip chart.

Exercício 4 (plenária): Reunir novamente o grupo todo para revisar, discutir e refinar os recursos e valores fundamentais identificados por cada subgrupo. Pôr à prova todos os recursos e valores fundamentais comparando-os com as melhores práticas para recursos e valores fundamentais e manter, refinar ou eliminar os recursos elaborados com base na comparação.

EXEMPLOS DE RECURSOS E VALORES FUNDAMENTAIS

Área de Proteção Ambiental de Cairuçu

- **Territórios e comunidades tradicionais:** a região é ocupada por 4 grupos étnicos e culturais, os caiçaras, quilombolas, indígenas e comunidades rurais, que apresentam diferentes níveis de garantia sobre o território, buscando autonomia de gestão, condições materiais de permanência e o manejo sustentável dos recursos naturais essenciais para a continuidade de seus saberes, fazeres e identidade cultural (gastronomia, religiosidade, músicas, rituais, ofícios, entre outros).
- **Recursos manejados:** as comunidades tradicionais da APA Cairuçu utilizam diversas práticas de manejo dos recursos naturais, tais como pesca artesanal e o uso de espécies da Mata Atlântica que são fundamentais para manutenção do seu modo de vida tais como: caixeta, taquara, taboa e cipós para artesanato, palmeiras juçara e guaricanga, sapê para construções e plantas medicinais, peixes, caranguejo-uçá e outros frutos do mar. Entre as culturas tradicionais existe o milho guarani, outras sementes crioulas, tabaco, *yvyrapytã* (erva mate), usados na alimentação e rituais indígenas, além da importância do mel, da mandioca, banana, cana, café e rizomas.
- **Biodiversidade da Mata Atlântica:** a diversidade de ambientes decorrente da conjunção de fatores do meio físico, especialmente o gradiente de altitude, proporciona na APA Cairuçu a existência de vários ecossistemas, como as florestas pluviais, manguezais, caixetais, restingas, costões rochosos e praias abrigando uma rica biodiversidade de fauna e flora típicas da Mata Atlântica, e espécies raras e ameaçadas como muriqui (*Brachyteles hypoxanthus*), sagui-da-serra escuro (*Callithrix aurita*), jaguatirica (*Leopardus pardalis*) e palmeira juçara (*Euterpe edulis*).
- **Águas:** a APA Cairuçu concentra em seu território inúmeras nascentes e cachoeiras, formando rios curtos e rápidos que desaguam diretamente no mar, como os rios Carapitanga, Meros e Mateus Nunes. Este sistema de drenagem garante diversos usos, entre eles o abastecimento, alimentação, energia, lazer e turismo. Representa ainda um elemento fundamental da relação da cultura tradicional com a natureza.
- **Paisagem:** integrada ao maior contínuo de Mata Atlântica do Brasil, a área da APA Cairuçu proporciona uma paisagem deslumbrante marcada pelo encontro da serra com o mar em um litoral recortado por praias, ilhas, baías e enseadas, como o Saco do Mamanguá e a Enseada de Paraty-Mirim. Esses elementos contribuíram para o tombamento do município de Paraty, como Monumento Nacional visando a preservação do patrimônio artístico, histórico, arquitetônico, paisagístico e arqueológico.





- **Manguezais e caixetais:** são formações florestais sensíveis às alterações ambientais com dependência hídrica e de solos alagados ou encharcados. Enquanto os caixetais estão associados à água doce, os manguezais se relacionam aos encontros dos rios com o mar. Alguns locais importantes de ocorrência destas formações são Paraty Mirim e Boa Vista, para os manguezais, e Itatinga, Caetana e Fundo do Mamanguá, para os caixetais e manguezais. Os manguezais cumprem papel importante como berçário de diversas espécies de crustáceos, peixes e aves. A caixeta é uma espécie ameaçada de extinção e tem importância para as comunidades locais, que a utilizam no artesanato e fabricação de utensílios, como remos.
- **Ilhas, praias e costões rochosos:** as 63 ilhas, lajes e rochedos são um forte componente paisagístico, com biodiversidade específica, destacando-se a função de servirem de abrigo para aves migratórias. As ilhas do Araújo, Cedro, Pelada Grande, Algodão, e Itacá estão dentre os territórios caiçaras, que são locais de expressão da sua cultura e de integração dos usos de terra e do mar. As praias e costões rochosos são ambientes influenciados pelas marés, que apresentam formações vegetais típicas como o jundu nas praias e as bromélias e cactáceas nos costões rochosos. Estes dois ambientes são importantes locais de pesca e coleta de crustáceos e bivalves para os caiçaras.



PARQUE NACIONAL DE SÃO JOAQUIM

- **Fenômenos geológicos e acidentes geográficos, incluindo derrames de lavas basálticas, cânions e torres:** presença de rochas vulcânicas e de deserto formadas antes e durante a fragmentação do continente Gondwana. Paisagem que foi esculpida nas rochas ao longo do tempo, gerando surpreendente e diversificado cenário atual.

- **O PNSJ é estratégico como produtor de água:** abriga inúmeras nascentes, incluindo a dos rios Tubarão, Pelotas e Canoas que, além de abastecer as populações do entorno, alimentam o aquífero Guarani.

- **Biodiversidade:** a diversidade ecológica combinada ao relevo singular confere ao PNSJ habitats muito variados. Nas grandes altitudes, as formações campestres e os afloramentos rochosos possuem os mais altos níveis de endemismo. As matas nebulares abrigam espécies exclusivas como, por exemplo, a orquídea-vermelha. O PNSJ também abriga extensos remanescentes de florestas de araucárias, conferindo-lhe grande relevância para proteção da diversidade genética. Estes remanescentes abrigam, também, outras espécies da flora ameaçada de extinção, como a casca-d'anta e o xaxim (*texto original suprimido*).

- **Pesquisa e a educação:** o Parque Nacional é um laboratório vivo, que oportuniza desenvolver, de maneira dinâmica a educação ambiental e pesquisas científicas de longa duração em prol da conservação das espécies endêmicas, ameaçadas e outras especiais. Destacam-se a diversidade, o patrimônio genético e potencialidades de fenômenos evolutivos motivados pelos contrastes climáticos.

- **Valorização histórico-cultural:** o PNSJ possui testemunhos paleontológicos e arqueológicos de relevante importância para o estado, como sepultamentos, abrigos sobre rochas e casas subterrâneas da etnia Je. Está inserido na região da passagem de tropeiros, que mercavam produtos típicos da serra Catarinense com a região da serra abaixo, sendo possível contemplar centenários corredores de taipa, taperas e cemitérios utilizados durante essa época.

- **Diversificadas oportunidades de conexão com a natureza:** o PNSJ, com seus paredões, cânions ou peraus, rios e ampla variabilidade climática, permite diversificadas experiências esportivas, de lazer e inspiração artística de conexão com o mundo natural.

- **Belezas cênicas:** a altitude, o relevo ondulado e o clima do PNSJ favorecem um mosaico impressionante de diversidades paisagísticas: o morro da Igreja, a Pedra Furada, os penhascos, as inúmeras cachoeiras e rios, que descem as montanhas para planícies litorâneas cortam os campos de altitude, são exemplos dessas paisagens. A variação climática também permite contemplar paisagens florísticas e florestais que, eventualmente, são cobertas de neve, proporcionando uma experiência única ao visitante.





PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU

- **O espetáculo das Cataratas do Iguaçu:** As magníficas Cataratas do Iguaçu, estrutura ecológica singular e suas volumosas águas, são ícone do turismo mundial, integrando o Brasil e a Argentina projetam o Parna Iguaçu como Patrimônio Natural Brasileiro e importante instrumento para a conservação da natureza.
- **Espécies-chave para ações de conservação:** São as espécies ameaçadas, regional ou nacionalmente (por ex. jacutinga - *Aburria jacutinga*, anta - *Tapirus terrestris*, queixada – *Tayassu pecari*, etc), endêmicas (por ex. surubim-do-iguazu - *Steindachneridion melanoderdatum*) e alvos de caça, pesca ou exploração (por ex. macuco – *Tinamus solitarius*, palmito-juçara – *Euterpe edulis*) que são importantes indicadores da qualidade ambiental, como fator de sensibilização e compõem a rica diversidade do Parna Iguaçu. Possuem importante papel ecológico, fazendo parte da cadeia alimentar. Algumas também atuam como dispersoras de sementes, sendo fundamentais na manutenção da estrutura florestal e dos processos ecológicos.
- **A manutenção de um carnívoro de topo de cadeia - a onça-pintada:** Maior predador das Américas, ameaçado pela destruição de habitat, caça, diminuição de presas, encontra no Parna Iguaçu e suas conexões, principalmente com a Argentina, um ambiente favorável para sua sobrevivência. Sua persistência, enquanto população na natureza depende intrinsecamente da manutenção de recursos (presas, água, habitat de qualidade), da integridade da paisagem (grande contínuo florestal e conexão com outros fragmentos) e da diminuição dos conflitos com o entorno do Parque. Por todas essas razões, a onça-pintada, enquanto espécie, impõe grandes desafios de gestão e proteção e contribui na estabilidade ecossistêmica do Parna Iguaçu.
- **O maciço florestal protegido** pelo Parna Iguaçu representa um dos últimos grandes remanescentes da Mata Atlântica, proporcionando diversos serviços ecossistêmicos como: produção de água para o entorno, sequestro de carbono, regulação climática local, polinização e manutenção do solo. Em conjunto com o Parque Nacional do Iguaçu funciona como área núcleo da ecorregião de florestas do Alto Paraná, abrigando uma rica diversidade e contribuindo para a manutenção de espécies ameaçadas..
- **Malha hídrica:** A malha hídrica do Parna Iguaçu é composta pela bacia do rio Floriano, uma das poucas bacias totalmente abrigada na Mata Atlântica do Sul do País, por lagoas e diversos afluentes do baixo Iguaçu. Constitui a base para a manutenção da rica biodiversidade regional e confere delimitação geográfica para proteção da Unidade. O Parque garante para a integridade do rio Floriano, que é referência em padrões hidrológicos, além de favorecer a manutenção da vazão das Cataratas do Iguaçu

Experiência de conexão com a natureza: Com seus distintos acidentes de relevo, fisionomias geológicas, rios, cachoeiras, corredeiras e ambientes, o Parna Iguaçu oferece diversificadas oportunidades para práticas recreativas, esportivas e de lazer em contato com a natureza, que projetam o grande potencial do Parque e seu entorno para o desenvolvimento do turismo sustentável como estratégia para sua conservação

Referência em educação ambiental e espaço para geração de conhecimento: O Parna Iguaçu é uma área protegida que, através de sua Escola Parque, é uma referência em educação ambiental como espaço de diálogo e participação cidadã, interpretação ambiental e construção de conhecimento. O Parque também é um laboratório vivo que oportuniza desenvolver, de maneira dinâmica, pesquisas científicas em prol da conservação e da geração de conhecimento.

- **Patrimônio Histórico-cultural:** O Parna Iguaçu salvaguarda a história da conservação da natureza no Brasil e as memórias da ocupação pretérita da região. É testemunho de fatos, lendas e estruturas que são referências da transformação da paisagem, tais como os sítios arqueológicos, a cultura indígena, a lenda das Cataratas, as antigas vilas, estradas e usina São João.





AValiação de Necessidades de Dados e Planejamento

Quando o propósito, as declarações de significância e os recursos e valores fundamentais da UC forem identificados, é importante avaliar as necessidades de dados e de planejamentos relacionados a conservação da UC.

A avaliação das necessidades de dados e planejamentos delinea diretrizes para o planejamento, os projetos que irão contemplar tais questões e os requisitos de informação relacionados, como é o caso de inventário de recursos e coleta de dados, inclusive dados do SIG.

Há três passos na avaliação das necessidades de planejamento e dados:

- Análise dos recursos e valores fundamentais, incluindo a identificação das necessidades de dados e planejamento.
- Identificação de outras questões-chave para a UC e necessidades de dados e planejamentos para resolvê-los.
- Priorização das necessidades de dados e de planejamento (inclusive atividades de mapeamento espacial ou mapas SIG).

Primeiramente, existe uma análise que ajuda a capturar o contexto, condições, tendências e ameaças aos recursos e valores fundamentais, além de identificar necessidades de dados e planejamentos para ajudar a manejar recursos e valores fundamentais.

A segunda parte da avaliação envolve identificar as questões-chave importantes para a gestão da UC que não foram contempladas nos Recursos e Valores Fundamentais (RVF) e determinar necessidades de dados e planejamentos a elas relacionados, completando a análise para a UC.

A terceira e última parte é a priorização das necessidades de dados e planejamentos identificados na análise dos RVF e das questões-chave.

Todas as necessidades de dados e planos identificadas nesta seção são destinadas a proteger os recursos e valores fundamentais, a importância e a finalidade da UC, além de abordar questões-chave.

ANÁLISE DE RECURSOS E VALORES FUNDAMENTAIS

A análise de recursos e valores fundamentais e a identificação de problemas-chave auxiliam na priorização de planejamentos, coleta de dados e ações e oportunidades de manejo futuras. Essa análise deve ser realizada com o conhecimento da plenária, mas também utilizando como base dados técnicos e científicos, que suportem a análise realizada.

A análise de recursos e valores fundamentais inclui:

- condição atual e tendências para cada RVF.
- ameaças (ação humana que degrada ou compromete o RVF) e oportunidades (condição que favorece a conservação do RVF ou subsidia alguma necessidade de dados ou de planejamento).
- as necessidades de dados e planejamentos, que ajudarão a manejar e proteger recursos e os valores fundamentais. Tanto relacionadas a condição atual e tendências dos RVF quanto as ameaças e oportunidades.





Melhores práticas para análise de recursos e valores fundamentais

- As informações devem ser dispostas em um diagrama, de maneira clara, sucinta, com conexões lógicas e de fácil compreensão para todos (pensamentos e frases completas podem complementar cada caixa).
- Ao preencher o diagrama de análise, considere ameaças e oportunidades existentes, futuras e prováveis, sempre as conectando com o RVF em análise.
- Reconheça as oportunidades para os planejamentos necessários e as possíveis parcerias na UC e entorno, para solucionar questões que atravessam os limites da UC, tais como acesso de visitantes, migração, pesca etc.
- As necessidades de dados e de planejamento devem necessariamente estar conectadas entre si ou a alguma ameaça, oportunidade, condição atual ou tendência, estabelecendo a conexão lógica entre eles, numa relação de causa e efeito.
- Na indicação da necessidade de planejamentos, buscar descrever qual o direcionamento e foco do planejamento, se possível com justificativas.
- Atentar para que as necessidades de planejamento não sejam uma lista de atividades. Elas devem indicar a realização de uma estratégia mais ampla ou programa, que posteriormente será detalhado em atividades.





Exercícios para análise de recursos e valores fundamentais

A PARTIR DA ANÁLISE DOS RVF, QUAIS AS NECESSIDADES DE DADOS E DE PLANEJAMENTO DEVERÃO SER CONSTRUÍDOS E PRIORIZADOS?

Exercício 1 (plenária): Faça a análise de um recurso ou valor fundamental em conjunto com o grupo grande, para alinhar o entendimento dos participantes.

Exercício 2 (grupos menores): Os RVF serão distribuídos por similaridade em até quatro grupos. Os integrantes de cada grupo serão definidos inicialmente por afinidade, conhecimento e interesse nos RVF atribuídos a cada grupo pequeno.

Com base no método do Café Mundial, os grupos terão 40 minutos para fazer a primeira análise dos RVF, sendo que cada grupo constitui uma estação. Completada a primeira análise, os grupos irão circular nas outras três estações, de maneira coordenada, para avaliar e completar a análise feita pelos outros grupos, em cada estação. Para a segunda, terceira e quarta rodada os grupos terão 20 minutos em cada estação.

Exercício 3 (plenária): Serão apresentados os resultados das quatro estações de análise dos RVF pelos facilitadores, para discutir, integrar e refinar os resultados.

Serão avaliadas as boas práticas, além da clareza, repetição ou similaridade de ideias.

Diagrama de avaliação de RVFs

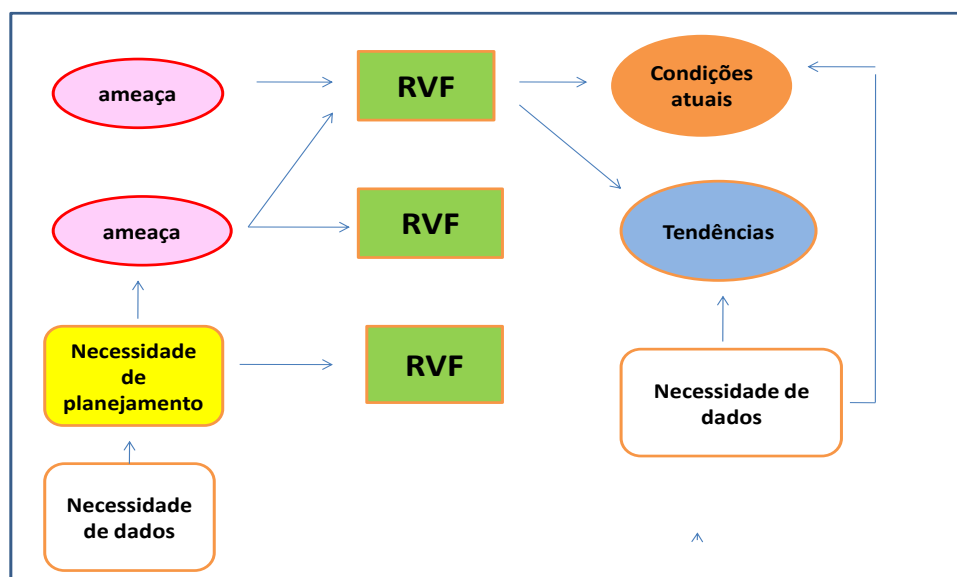
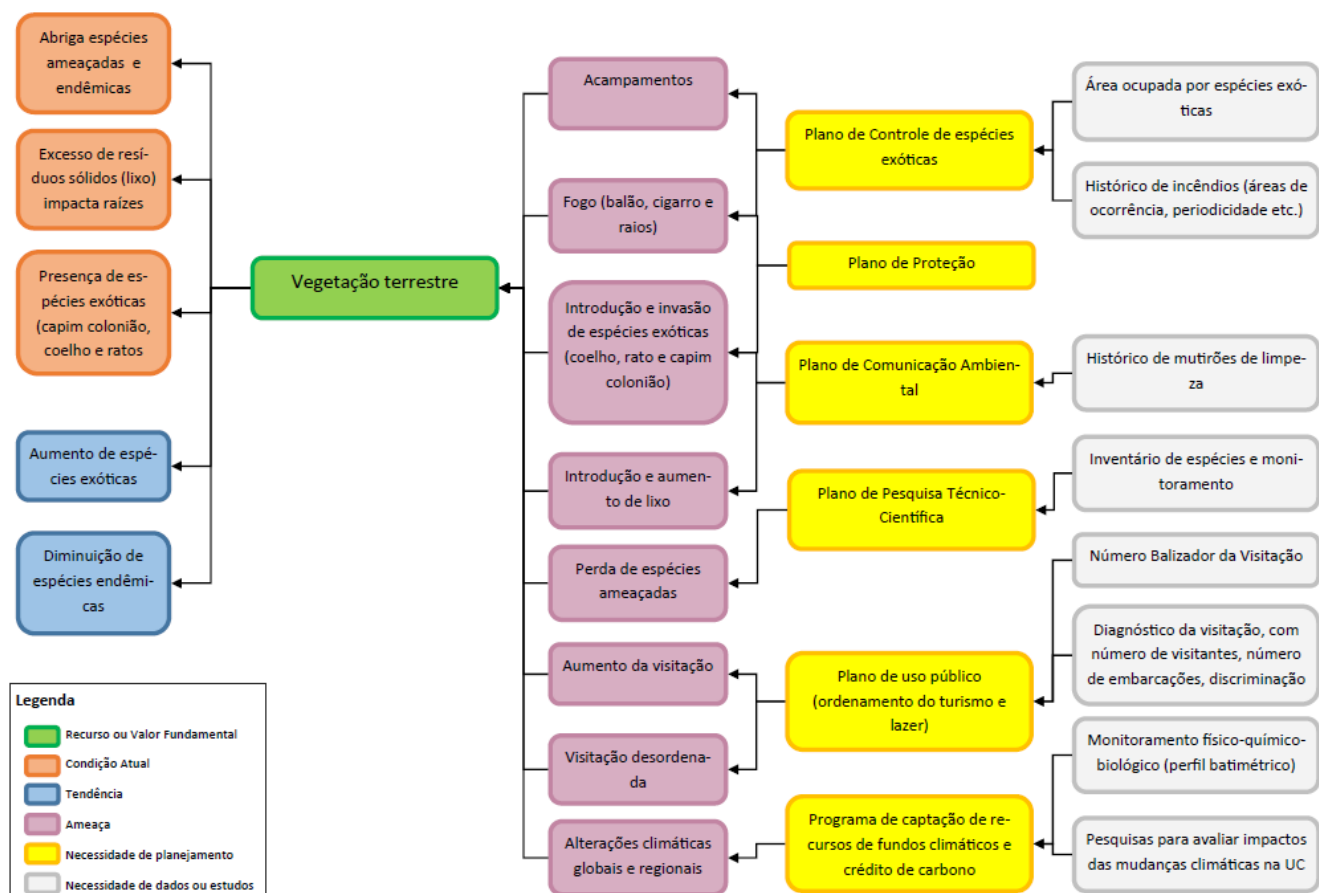
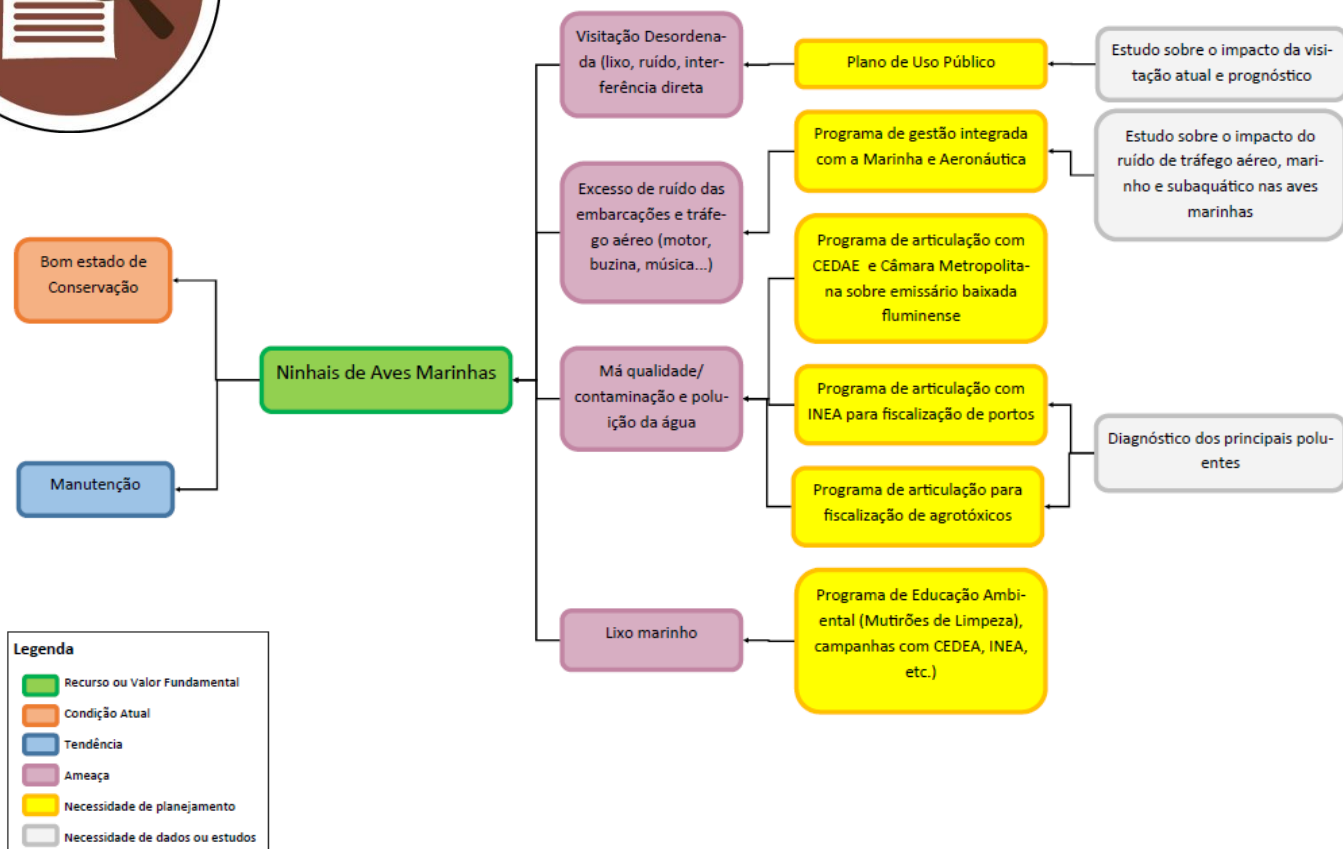


Figura 3 - Diagrama de análise de recursos e valores fundamentais.

Exemplos de elementos na análise de recursos e valores fundamentais do Monumento Natural do Arquipélago das Ilhas Cagarras



QUESTÕES-CHAVE

Uma questão-chave descreve uma agressão (como mudança climática, crescimento da população, espécies invasoras e uso por visitantes) ou um gargalo de gestão para a efetiva consolidação da Unidade de Conservação, que são influências importantes a considerar ao descrever a condição atual dos recursos da UC e como ela é manejada. De forma complementar a análise dos Recursos e Valores Fundamentais, uma questão-chave pode não estar diretamente relacionada a uma declaração de significância e ao propósito da UC, mas ainda pode ser diretamente afetada por elas. Geralmente uma questão-chave é um problema que pode ser abordado por um esforço de planejamento futuro, captação de dados ou ação de manejo e que exige uma decisão dos gestores da UC.



Melhores práticas para análise de questões-chave

- Focar em questões-chave ou críticas que possam envolver o uso, o manejo ou a administração de uma UC, de maneira complementar a análise de RVF, evitando repetições.
- Considerar questões que possam ou não estar relacionadas aos recursos e valores fundamentais e a alguma significância da UC, mas que são importantes para a solução pelo ICMBio.
- Questões que se aplicam a diversos recursos e valores fundamentais devem ser consideradas questões-chave.
- Tente limitar as questões consideradas no plano de manejo a 3–5 questões-chave.

Exercício para análise de questões-chave

Exercício 1 (plenária): Identifique questões-chave que precisam ser abordadas por ações futuras do plano de manejo. Quando as questões forem identificadas e analisadas, identifique as necessidades de dados e planejamento/SIG para lidar com elas.


Exemplo de tabela de análise de questões-chave da Reserva Extrativista Marinha de Soure e do Parque Nacional de São Joaquim

Questões Chaves	Necessidades de Planejamento
Questão-chave RESEX Soure: Ecoturismo e turismo de base comunitária (TBC) • Ecoturismo desordenado • Iniciativas de TBC pontuais (com poucos comunitários envolvidos na proposta) • Pouco entendimento por parte dos comunitários sobre o que é TBC e suas implicações; • Pouco entendimento de parte considerável do “trade” turístico sobre a importância da Resex, sua existência e seus propósitos.	Necessidade de dados e/ou SIG e prioridade inicial (alta, média ou baixa) • Pesquisa sobre renda gerada pelo turismo na comunidade (forma de distribuição) (média) Necessidade de planejamento e prioridade inicial (alta, média ou baixa) • Desenvolver plano de interpretação ambiental para a Resex (média)
Questão-chave PN São Joaquim: Comunicação com o entorno • A comunicação vem melhorando nos últimos anos • Comunicação e insuficiente a participação do conselho consultivo • Reuniões do conselho em número insuficiente • Mais canais de comunicação	Necessidade de dados e/ou SIG e prioridade inicial (alta, média ou baixa) • Nenhuma identificada Necessidade de planejamento e prioridade inicial (alta, média ou baixa) • Criação de planejamento de comunicação

Exemplo de tabela de análise de questões-chave da Área de Proteção Ambiental de Cairuçu

Questões Chaves
Questão-chave 2: Turismo • Turismo de massa desenfreado e algumas experiências em turismo de base comunitária. • Recurso gerado pelo turismo não fica no local. • Turismo tem causado impacto social e ambiental. • Diminuição do protagonismo das comunidades. • Implementação de parceira ambiental público privada no Parque Nacional da Serra da Bocaina em área de uso da comunidade de Trindade.
Necessidade de dados e/ou sistema de informação geográfica (SIG)
Levantamento da capacidade de suporte e definição de Número Balizador da Visitação (NBV)
Necessidade de planejamento • Plano de ordenamento do turismo na APA, com fomento ao turismo de base comunitária, incluindo ordenamento das praias Rancho e Paraty Mirim e articulação para desenvolvimento de plano de turismo sustentável para a região no âmbito do COMTUR – Conselho Municipal de Turismo. • Plano de Comunicação integrado ao Plano de Educação Ambiental

PRIORIZAÇÃO DE NECESSIDADES DE DADOS E PLANEJAMENTO

Quando uma lista coletiva de necessidades de dados e planejamento for compilada e inicialmente priorizada nas tabelas de questões-chave e no diagrama de recursos e valores fundamentais, uma lista coletiva de necessidades priorizadas será analisada e revisada no grupo grande para informar as prioridades para a UC como um todo. O produto final desse processo é uma lista de prioridades que ajudará a UC a concentrar seus esforços na proteção de recursos e valores fundamentais e, conseqüentemente, na sua significância e no seu propósito e a abordar suas questões de manejo mais importantes.

O processo de priorização das necessidades de dados e planejamentos começa com a própria definição dos RVF, questões chave e suas análises, passa pela análise de critérios durante a Oficina do Plano de Manejo, e continua na fase de consolidação do documento preliminar, visando correções de assimetrias em relação a priorização feita, bem como buscando maior alinhamento com as prioridades e oportunidades institucionais. Logo, a priorização das necessidades de dados e planejamento é resultante de um combinado de avaliações, apresentado na devolutiva do documento.

A priorização das necessidades de planejamento deve considerar o atendimento de alguns critérios, para elevar o seu nível de prioridade, a serem discutidos na Oficina do Plano de Manejo, tais como:

- Sua execução favorece a resolução de conflitos importantes para a gestão;
- Está relacionada aos RVF e ameaças consideradas mais críticas para a conservação da UC;
- Auxilia na mudança do curso, que se deseja, de uma tendência observada em um RVF;
- Existência de oportunidade para sua elaboração e implementação;

Já a equipe de planejamento, considerará outros critérios para ponderar o resultado da oficina posteriormente, tais como:

- Está relacionada com maior quantidade de RVF e ameaças, ou seja, sua execução favorecerá a conservação de mais de um RVF;
- Atendimento a políticas públicas;
- Está relacionada com diretrizes e competências institucionais.

Para as necessidades de dados elencados nas análises anteriores, deve-se buscar priorizar aquelas consideradas mais necessárias para a gestão e conservação dos recursos e valores fundamentais da UC.





Melhores práticas para a priorização

Ao atribuir prioridades, coloque em perspectiva o quadro geral.

- Ao definir prioridades, considere se essas prioridades são adequadas para o presente e também para um futuro previsível.
- Considere sequência e âmbito ao definir prioridades.
- Documente os fundamentos, particularmente para as necessidades de alta prioridade.
- O exercício de priorização na oficina é uma ferramenta para ajudar a decidir quais devem ser as prioridades da UC. Haverá uma oportunidade para que a UC analise as prioridades atribuídas durante a oficina e, finalmente, o gestor da UC em conjunto com a Equipe de Planejamento façam o refinamento das prioridades da UC.

Exercício de priorização de necessidades de dados e planejamento

Exercício 1 (plenária): Todas as necessidades de dados e planejamento identificados na análise de questões-chave e recursos e valores fundamentais serão reunidas e a plenária deve validar as listas. As necessidades de dados e planejamento dos RVF e das questões-chave serão priorizadas com base nos critérios apresentados.

ZONEAMENTO

De acordo com a Lei do SNUC (Lei nº 9985/2000), zoneamento é:

“definição de setores ou zonas em uma unidade de conservação com objetivos de manejo e normas específicos, com o propósito de proporcionar os meios e as condições para que todos os objetivos da unidade possam ser alcançados de forma harmônica e eficaz”

O zoneamento constitui um instrumento de ordenamento territorial, usado como recurso para se atingir melhores resultados no manejo de uma UC, pois identifica áreas com características naturais similares e finalidades que podem ser ou não complementares. Ao mesmo tempo, o zoneamento estabelece usos diferenciados para cada zona, segundo seus objetivos. Obter-se-á, desta forma, maior proteção, pois cada zona será manejada seguindo-se normas para elas estabelecidas.

Assim, uma zona é uma parte no terreno que determina o manejo a fim de garantir que as ações tomadas sejam compatíveis com o propósito da UC e levem à proteção de seus recursos e valores fundamentais.

O zoneamento ajuda a melhorar o processo de tomada de decisões e garante a continuidade do manejo com o passar do tempo. Como funcionários mudam na unidade de conservação, as zonas de manejo e seus atributos associados continuam a proporcionar um quadro geral e orientações na tomada de decisões de manejo a curto e longo prazo. Portanto se trata de um elemento mais duradouro do planejamento, sujeito a reavaliação geralmente em casos onde os objetivos ou limites da Unidade de Conservação são revistos por motivos mais drásticos.

Atualmente o ICMBio utiliza um conjunto de zonas para as unidades de conservação federais que abrange todos os usos possíveis nas diferentes categorias de UCs. As zonas são agrupadas pelo grau de intervenção previsto para aquela área, podendo ser de baixo, médio ou alto grau de intervenção, ou ainda considerada como de usos diferenciados.

A seguir é apresentada a relação de todas as zonas que podem ser consideradas no zoneamento dos Parques Nacionais com suas definições, objetivos, atividades permitidas, critérios para definição e normas propostas.





ZONAS SEM OU COM BAIXO GRAU DE INTERVENÇÃO

ZONA DE PRESERVAÇÃO

É a zona onde os ecossistemas existentes permanecem o mais preservado possível, não sendo admitidos usos diretos de quaisquer naturezas. Deve abranger áreas sensíveis e aquelas onde os ecossistemas se encontram sem ou com mínima alteração, nas quais se deseja manter o mais alto grau de preservação, de forma a garantir a manutenção de espécies, os processos ecológicos e a evolução natural dos ecossistemas.

O **objetivo geral de manejo** é a manutenção de um ou mais ecossistemas com o grau máximo de preservação, servindo de fonte de repovoamento para as outras zonas da UC.

Atividades permitidas: proteção, pesquisa, monitoramento ambiental e recuperação ambiental (preferencialmente de forma natural).

Critérios para definição:

- áreas preservadas, bem conservadas ou em avançado estágio de regeneração, podendo conter alterações antrópicas pontuais;
- áreas de maior suscetibilidade ambiental (mais sensíveis/suscetíveis/frágeis), como encostas, áreas úmidas, áreas com inúmeras nascentes, terrenos arenosos e etc.;
- áreas com maior variabilidade ambiental (maior quantidade de ambientes diferentes), com maior riqueza (número) de espécies e, quando disponíveis os dados, com maior diversidade de espécies;
- áreas com maior representatividade ambiental (áreas com características naturais especiais da UC e com espécies em risco ou ameaçadas de extinção, raras, sítios de reprodução e berçários, sítios de desenvolvimento dos pescados, sítios de alimentação, sítios de migração e etc.), incluindo trechos de rios de grande extensão;
- áreas com ambientes de transição natural (tensão ecológica);
- áreas com as características acima e mais centralizadas na UC, ou que, mesmo não centralizadas, tenham acesso dificultado pelo relevo ou pela conectividade com outras zonas de baixa grau de intervenção em outras áreas protegidas;
- áreas periféricas e de fácil acesso devem ser evitadas, mas podem ser utilizadas se tiverem elevada importância ecológica, considerando as outras características listadas.

Normas propostas:

1. As atividades permitidas nesta zona são proteção, pesquisa, monitoramento ambiental e recuperação ambiental (preferencialmente de forma natural).
2. As pesquisas permitidas devem prever o mínimo de intervenção/impacto negativo sobre os recursos e são limitadas às pesquisas que não podem ser realizadas em outras zonas.
3. A visitação não é permitida, qualquer que seja a modalidade.



4. É permitida a instalação eventual de infraestrutura física, quando forem estritamente necessárias às ações de busca e salvamento, contenção de erosão e deslizamentos, bem como outras imprescindíveis à proteção da zona, as quais devem ser removidas tão logo as ações citadas sejam concluídas.

5. No caso de pesquisa serão permitidos acampamentos simples e temporários.

6. É permitida a abertura de trilhas e picadas necessárias às ações de busca e salvamento e de prevenção e combate aos incêndios, entre outras similares de proteção, e para atividades pesquisa.

7. O uso de fogueiras é permitido em casos excepcionais, quando indispensável à proteção e à segurança da equipe da UC e de pesquisadores.

8. O uso de animais de carga e montaria é permitido em casos de prevenção e combate aos incêndios, resgate e salvamento, bem como no transporte de materiais para áreas remotas e de difícil acesso em situações excepcionais e imprescindíveis para a proteção da UC, quando considerados impraticáveis outros meios.

9. O trânsito motorizado, desde que compatível com as características do ambiente, será facultado quando indispensável para viabilizar as atividades permitidas e considerados impraticáveis outros meios.

ZONA DE CONSERVAÇÃO

É a zona que contem ambientes naturais de relevante interesse ecológico, científico e paisagístico, onde tenha ocorrido pequena intervenção humana, admitindo-se áreas em avançado grau de regeneração, não sendo admitido uso direto dos recursos naturais. São admitidos ambientes em médio grau de regeneração, quando se tratar de ecossistemas ameaçados, com poucos remanescentes conservados, pouco representados ou que reúna características ecológicas especiais, como na Zona de Preservação.

O **objetivo geral do manejo** é a manutenção do ambiente o mais natural possível e, ao mesmo tempo, dispor de condições primitivas para a realização das atividades de pesquisa e visitação de baixo grau de intervenção, respeitando-se as especificidades de cada categoria.

Atividades permitidas: proteção, pesquisa, monitoramento ambiental, visitação de baixo grau de intervenção e recuperação ambiental (preferencialmente de forma natural).

Critérios para definição:

- áreas preservadas, bem conservadas, em médio ou avançado grau de regeneração, podendo conter alterações antrópicas pontuais;
- áreas em médio grau de regeneração são admitidas quando se tratar de ecossistemas ameaçados, com poucos remanescentes conservados, pouco representados no local, na região, no bioma ou no SNUC;
- áreas com os mesmos critérios adotados para compor a Zona de Preservação, mas que podem apresentar qualidade ambiental levemente abaixo dos limites adotados para esta;



- áreas de transição entre a Zona de Preservação e as zonas menos restritivas;
- áreas com ocorrência de atrativos e potencialidades para a visitação de baixo grau de intervenção.

Normas propostas:

1. As atividades permitidas nesta zona são proteção, pesquisa, monitoramento ambiental, visitação de baixo grau de intervenção e recuperação ambiental (preferencialmente de forma natural).
2. As atividades permitidas devem prever o mínimo de intervenção/impacto negativo sobre os recursos, especialmente no caso da visitação.
3. A visitação deve priorizar as trilhas e caminhos já existentes, inclusive aquelas pouco visíveis, devido à recuperação, com a possibilidade de abertura de novas trilhas quando inexistentes ou para melhorar o manejo e conservação da área.
4. É permitido pernoite tipo bivaque ou acampamento primitivo.
5. É permitida a instalação de infraestrutura física, quando estritamente necessárias às ações de busca e salvamento, contenção de erosão e deslizamentos e segurança do visitante, bem como outras indispensáveis à proteção do ambiente da zona.
6. É permitida a abertura de novas trilhas e picadas necessárias às ações de busca e salvamento e de prevenção e combate aos incêndios, entre outras similares, imprescindíveis para a proteção da zona e para pesquisa.
7. Para as atividades de pesquisa, onde se comprove a necessidade de fixação de equipamentos e instalações para o bom desenvolvimento do trabalho, tal previsão deve constar do pedido de autorização da pesquisa e devem ser retirados para fora da área uma vez findados os trabalhos e quando não for do interesse da UC, devendo ser feita a recuperação ambiental da área, quando cabível.
8. O uso de fogueiras é permitido em casos excepcionais, quando indispensáveis à proteção e à segurança da equipe da UC e de pesquisadores.
9. É permitido o uso de fogareiros nas atividades permitidas nesta zona.

Recomendações para elaboração de normas:

- quando possível e se não for previsto para um planejamento específico, devem ser elaboradas normas para garantir a baixa intervenção do turismo embarcado;
- quando possível e se não for previsto para um planejamento específico, devem ser definidos os locais de fundeio.

ZONAS DE MÉDIA INTERVENÇÃO

ZONA DE USO MODERADO

É a zona que contém ambientes naturais ou moderadamente antropizados, admitindo-se áreas em médio e avançado grau de regeneração, sendo admitido uso direto dos recursos naturais nas UCs de Uso Sustentável, Monumento Natural



e Refúgio de Vida Silvestre, desde que não descaracterizem a paisagem, os processos ecológicos ou as espécies nativas e suas populações.

O **objetivo geral de manejo** é a manutenção de um ambiente o mais próximo possível do natural, que pode ser conciliada à integração da dinâmica social e econômica da população residente ou usuária na unidade de conservação, através do uso direto de moderado impacto nos recursos naturais, respeitando-se as especificidades de cada categoria, além da realização de atividades de pesquisa e visitação de médio grau de intervenção.

Atividades permitidas: proteção, pesquisa, monitoramento ambiental, visitação de médio grau de intervenção (com apoio de instalações compatíveis), recuperação ambiental.

Critérios para definição:

- áreas com moderado grau de conservação da vegetação e da paisagem, em médio ou avançado grau de regeneração, podendo conter alterações antrópicas moderadas;
- áreas de transição entre as zonas de baixa intervenção e as zonas menos restritivas;
- áreas com ocorrência de atrativos e potencialidades para a visitação de médio grau de intervenção.
 - **Observação:** as oportunidades de visitação vislumbradas devem requerer infraestrutura simples.
- áreas com utilização de recursos naturais por meio de intervenção moderada ou potencial para isso;

Normas propostas:

1. São atividades permitidas nesta zona: proteção, pesquisa, monitoramento ambiental, visitação de médio grau de intervenção (com apoio de instalações compatíveis) e recuperação ambiental.
2. É permitida a instalação de equipamentos facilitadores e serviços de apoio à visitação simples, sempre em harmonia com a paisagem.
3. Poderão ser instalados nas áreas de visitação, áreas para pernoite (acampamentos ou abrigos), trilhas, sinalização indicativa e interpretativa, pontos de descanso, sanitários básicos e outras infraestruturas mínimas ou de média intervenção.
4. Todo resíduo gerado na UC deverá ser destinado para local adequado, conforme orientações e sinalização na UC, excetuando-se o caso de moradores isolados, que devem dar tratamento adequado conforme orientação da UC.
5. O trânsito motorizado, desde que compatível com as características do ambiente, será facultado para as atividades permitidas nesta zona, devendo ser regulamentado em instrumento específico, exceto no caso dos moradores isolados, cujo trânsito motorizado é livre e independe de regulamentação.



ZONAS COM ALTO GRAU DE INTERVENÇÃO

ZONA DE INFRAESTRUTURA

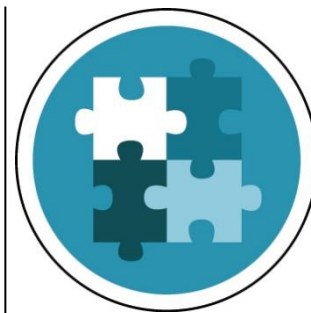
É a zona que pode ser constituída por ambientes naturais ou por áreas significativamente antropizadas, onde é tolerado um alto grau de intervenção no ambiente, buscando sua integração com o mesmo e concentrando espacialmente os impactos das atividades e infraestruturas em pequenas áreas. Nela devem ser concentrados os serviços e instalações mais desenvolvidas da UC, comportando facilidades voltadas à visitação, à administração da área e, no caso de UCs de Uso Sustentável, Monumento Natural e Refúgio de Vida Silvestre (quando compatível com o alcance do objetivo de criação), ao suporte às atividades produtivas.

O **objetivo geral de manejo** é facilitar a realização das atividades de visitação com alto grau de intervenção, administrativas e de suporte às atividades produtivas, buscando minimizar o impacto dessas atividades sobre o ambiente natural e cultural da UC.

Atividades permitidas: proteção, pesquisa, monitoramento ambiental, recuperação ambiental, visitação com alto grau de intervenção e administração da UC. São permitidas as infraestruturas necessárias para os usos previstos nesta zona.

Critérios para definição:

- áreas consideradas propícias e estratégicas para a instalação de infraestrutura mais desenvolvida ou concentração de facilidades e serviços, tanto para administração da UC quanto para visitação de alta intervenção e suporte à produção;
 - Observação: são exemplos de infraestrutura voltada à visitação de alta intervenção, entre outros, centro de visitantes, lanchonetes, auditórios, estacionamentos, estruturas de acessibilidade, abrigos e acampamentos.
 - Observação: são exemplos de infraestrutura administrativa, entre outros, escritórios, alojamentos, postos de fiscalização, habitações funcionais, área de tratamento de efluentes, depósitos e vias de acesso utilizadas para a gestão da UC.
 - Observação: caso necessário, podem ser separadas áreas exclusivas para a visitação, administração e suporte à produção, com a definição de polígonos distintos e normas diferenciadas para cada uma delas;
 - Observação: outras estruturas de administração do órgão gestor podem ser previstas em outras zonas, caso seja compatível com o grau de intervenção das mesmas.
- áreas para acesso e suporte a atrativos com potencial de visitação de alta intervenção e outras atividades da administração da UC;
- áreas que já sofreram algum tipo de impacto ambiental ou apresentem menor vulnerabilidade ambiental;
- áreas com infraestrutura já instalada, onde devem ser considerados os usos possíveis para as atividades permitidas na zona;



Normas propostas:

1. São atividades permitidas nesta zona: proteção, pesquisa, monitoramento ambiental, recuperação ambiental, visitação com alto grau de intervenção e administração da UC.
2. São permitidas as infraestruturas necessárias para os usos previstos nesta zona.
3. Os efluentes gerados não poderão contaminar os recursos hídricos e seu tratamento deve priorizar tecnologias alternativas de baixo impacto.
4. Esta zona deverá conter locais específicos para a guarda e o depósito dos resíduos sólidos gerados na unidade de conservação, os quais deverão ser removidos para o aterro sanitário ou vazadouro público mais próximo, fora da UC.
5. Os resíduos orgânicos gerados nas UCs localizadas em áreas remotas deverá sofrer tratamento local, exceto queima, quando a remoção para fora da UC não for possível.
6. O trânsito de veículos motorizados é permitido para as atividades permitidas nesta zona.
7. O uso de fogueiras nas atividades de visitação é permitido em locais pré-determinados.
8. É permitida a realização de fogo para preparo de alimentos, exclusivamente nos locais pré-determinados, como locais estruturados para piqueniques e churrasqueiras.

Recomendações para elaboração de normas:

- para a definição das normas desta zona deverão ser consideradas as especificidades de cada UC, bem como, o perfil de visitação desejado (por exemplo, com a previsão ou não de instalação de torres, prédios e outros elementos que causem maior impacto ambiental, inclusive paisagístico).

ZONAS DE USOS DIFERENCIADOS

ZONA DE DIFERENTES INTERESSES PÚBLICOS

É a zona que contém áreas ocupadas por empreendimentos de interesse público ou soberania nacional, cujos usos e finalidades são incompatíveis com a categoria da unidade de conservação ou com os seus objetivos de criação.

O **objetivo geral de manejo** é compatibilizar os diferentes interesses públicos existentes na área, estabelecendo procedimentos que minimizem os impactos sobre a unidade de conservação e ao alcance dos seus objetivos.

Atividades permitidas: proteção, pesquisa, monitoramento ambiental, recuperação ambiental, visitação e sua infraestrutura (respeitadas as especificidades da UC e dos empreendimentos), atividades e serviços inerentes aos empreendimentos.



Crítérios para definição:

- presença de empreendimentos de interesse social, necessidade pública, utilidade pública ou soberania nacional (linhas de transmissão, estações repetidoras de TV, antenas, oleodutos, gasodutos, barragens, vias fluviais, vias férreas, estradas de rodagem, cabos óticos, bases petrolíferas, barragens, entre outros), cujos usos e finalidades são incompatíveis com a categoria da UC ou com os seus objetivos de criação;
- evitar polígonos muito pequenos e pulverizados na UC, agregando parte de área como entorno ou estabelecendo normas relativas aos empreendimentos em outras zonas da UC.

Normas propostas:

1. São atividades permitidas nesta zona: proteção, pesquisa, monitoramento ambiental, recuperação ambiental, visitação e sua infraestrutura (respeitadas as especificidades da UC e dos empreendimentos), atividades e serviços inerentes aos empreendimentos.
 - a. **Observação:** o grau de intervenção da visitação deve ser incluído na norma e definido de acordo com a categoria e objetivos da UC, além de critérios ambientais e dos empreendimentos em funcionamento, inclusive riscos aos visitantes.
2. A empresa responsável pela operação do empreendimento é responsável por ações preventivas e mitigadoras de impactos sobre a UC.
3. Os empreendedores devem comunicar à administração da UC quando forem realizar atividades no interior da mesma.
4. É permitida a instalação de infraestrutura para as atividades de visitação previstas.
 - a. **Observação:** avaliar a inserção e mais detalhamento, se necessário, de acordo com o grau de intervenção da visitação definido.

Recomendações para elaboração de normas:

- os riscos representados pelas infraestruturas e serviços inerentes aos empreendimentos de utilidade pública ocorrentes na UC deverão ser definidos caso a caso para subsidiar a adoção de normas, ações preventivas e, quando for o caso, mitigadoras dos impactos negativos;
- a definição quanto ao trânsito de veículos motorizados e o uso de fogueiras nas atividades de visitação deverá levar em consideração o grau de intervenção da visitação definido;
- observar a existência de temas que possam ser usados no planejamento da visitação na zona.

ZONA DE ADEQUAÇÃO AMBIENTAL

É a zona que contém áreas consideravelmente antropizadas ou empreendimentos que não são de interesse público, onde será necessária a adoção de ações de manejo para deter a degradação dos recursos naturais e promover a recuperação do

ambiente e onde as espécies exóticas deverão ser erradicadas ou controladas. Zona provisória, uma vez recuperada será incorporada a uma das zonas permanentes.

O **objetivo geral de manejo** é deter a degradação dos recursos naturais e, quando possível, recompor a área, priorizando a recuperação natural dos ecossistemas degradados ou, conforme o caso, promovendo a recuperação induzida.

Atividades permitidas: proteção, pesquisa (especialmente sobre os processos de recuperação), monitoramento ambiental, recuperação ambiental (deter a degradação dos recursos e recuperar a área) e visitação de médio grau de intervenção. São permitidas as infraestruturas necessárias para os usos previstos nesta zona.

Critérios para definição:

- áreas com altos níveis de degradação, evidenciada por alterações ambientais significativas, decorrentes de ações como, por exemplo, incêndios, derramamento de óleo, extração ilegal de recursos naturais renováveis e não renováveis (caça, pesca, sobre-exploração de pescados, desmatamento, áreas de pastagens com exóticas, atividades minerárias, extensas áreas assoreadas, entre outras);
- áreas com espécies exóticas invasoras;
- áreas com empreendimentos que não são de interesse público e necessitam de adequação ambiental para que a UC alcance os seus objetivos;
- áreas com necessidade de intervenção para diminuir o risco aos objetivos da UC ou para alcançá-los, considerando, por exemplo, escala e irreversibilidade do impacto que os recursos naturais estão sofrendo;
- áreas com necessidade de restauração da APP;
- áreas com potencial para uso experimental;
- necessária, especialmente, quando as medidas de recuperação estiverem concentradas em locais pontuais;
- importante quando não há todas as informações para a tomada de decisão;
- **Observação:** quando não dá para zonear e normatizar todas as áreas com intervenções, a determinação dessa zona transitória possibilita a tomada de decisão caso-a-caso, de acordo com a disponibilização de informações futuras.
- medidas de recuperação poderão incidir sobre outras zonas, independentemente da existência da zona de recuperação, devendo, nesses casos, serem elaboradas normas específicas para as atividades e estratégias de recuperação.

Normas propostas:

1. São atividades permitidas nesta zona: proteção, pesquisa (especialmente sobre os processos de recuperação), monitoramento ambiental, recuperação ambiental (deter a degradação dos recursos e recuperar a área) e visitação de médio grau de intervenção.
2. São permitidas as infraestruturas necessárias para os usos previstos nesta zona.
3. As espécies exóticas e alóctones introduzidas deverão ser removidas, sempre que possível.





4. A recuperação induzida dos ecossistemas é condicionada a um projeto específico, aprovado pelo órgão gestor da UC.
5. A visitação não pode interferir no processo de recuperação.
6. As infraestruturas necessárias aos trabalhos de recuperação devem ser provisórias, sendo que os resíduos sólidos gerados nestas instalações deverão ser retirados pelos próprios responsáveis e transportados para um destino adequado.
7. Os equipamentos facilitadores e serviços de apoio à visitação devem ser instalados sempre em harmonia com a paisagem e desde que não seja possível sua instalação em outras zonas.
8. Todo resíduo gerado nesta zona deverá ser destinado para local adequado, conforme orientações e sinalização na UC.
9. O uso de agrotóxicos e de espécies exóticas na recuperação ambiental de áreas da UC somente será permitido nos estágios iniciais de sucessão e mediante a autorização por projeto específico aprovado pelo órgão gestor da UC.
10. Para as atividades de pesquisa, onde se comprove a necessidade de fixação de equipamentos e instalações para o bom desenvolvimento do trabalho, tal previsão deve constar do pedido de autorização da pesquisa e devem ser retirados para fora da área uma vez findados os trabalhos e quando não for do interesse da UC.
11. O uso de fogueiras é permitido em casos excepcionais, quando indispensáveis à proteção e à segurança da equipe da UC e de pesquisadores.
12. O trânsito de veículos motorizados é permitido para todas as atividades permitidas, desde que não interfira na recuperação da zona, devendo privilegiar as estradas já existentes.
13. Devem ser priorizadas as pesquisas científicas que tratam dos processos de recuperação.

ZONA DE USOS DIVERGENTES

É a zona que contem ambientes naturais ou antropizados, onde ocorrem populações humanas ou suas áreas de uso, cuja presença é incompatível com a categoria de manejo ou com os objetivos da unidade de conservação, admitindo-se o estabelecimento de instrumento jurídico para compatibilização da presença das populações com a conservação da área, lhes garantindo segurança jurídica enquanto presentes no interior da UC. Essas populações estarão sujeitas às ações de consolidação territorial pertinentes a cada situação.

O **objetivo geral de manejo** é a manutenção do ambiente em harmonia com a presença de população tradicional ou não, buscando a compatibilização dos usos realizados por elas com os objetivos da unidade de conservação, estabelecendo procedimentos que minimizem os impactos antrópicos sobre a área.

Atividades permitidas: proteção, pesquisa, monitoramento ambiental, recuperação ambiental e outros usos acordados em instrumento jurídico firmado entre os ocupantes e o órgão gestor da UC, incluindo a visitação.



Critérios para definição:

- áreas de moradia, uso do solo e uso dos recursos naturais por populações tradicionais ou não, em conflito com a categoria de manejo ou objetivos da UC, demandando realocação, desapropriação ou outra forma de consolidação territorial;
- limites de áreas Quilombolas em UC de Proteção Integral e Domínio Público;

Normas propostas:

1. São atividades permitidas nesta zona: proteção, pesquisa, monitoramento ambiental, recuperação ambiental e outros usos acordados em instrumento jurídico firmado entre os ocupantes e o órgão gestor da UC, incluindo a visitação.
2. A presença de populações residentes e o uso que fazem das áreas serão regidos por instrumentos específicos, com o termo de compromisso, termo de ajuste de conduta, ou outro instrumento jurídico pertinente, os quais definirão as atividades passíveis de serem realizadas e normas específicas relacionadas, observadas boas práticas de manejo do solo e dos recursos hídricos.
3. É vedada a conversão de novas áreas de uso.

Recomendações para elaboração de normas:

- Caso não haja instrumento jurídico firmado, o plano de manejo deverá estabelecer os usos permitidos por estas populações de forma geral, e o detalhamento deverá ser realizado por normas específicas nos instrumentos jurídicos pertinentes.

Melhores práticas para identificar e localizar zonas de manejo em uma UC

- Identificar um conjunto de zonas de manejo em potencial. Isso ajuda a garantir que uma ampla variedade de combinações razoáveis de condições de recursos, usos, situações e experiências associadas sejam consideradas.
- Observar as diferenças entre as zonas de manejo em potencial, de maneira que sejam significativas para os gestores e compreensíveis para todos os públicos.
- Evitar posicionamentos muito limitados ou díspares conceitualmente, pois isso pode levar o grupo a decisões extremas em qualquer direção.
- Evitar incluir condições e experiências incompatíveis e opostas na mesma zona, pois isso pode refletir situações existentes, mas não subsidia adequadamente as orientações de manejo para o futuro.
- Admitir que, em alguns casos, é aceitável um certo nível de impacto sobre recursos e valores socioambientais e que talvez nem todas as condições desejadas podem ser alcançadas, desde que garantidas em outra zona.
- Na dúvida sobre a compatibilidade de determinada atividade em relação ao grau de intervenção admitido em uma zona, é possível elaborar uma norma restringindo a atividade em zonas mais permissivas. O contrário, permitir atividades mais permissivas e não permitidas em zonas mais restritivas, não é possível.
- Aproveitar a discussão dos critérios utilizados para a definição das zonas de manejo como subsídio para a definição das normas das zonas.



ANÁLISE DO ZONEAMENTO EXISTENTE

O Zoneamento interno do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros foi analisado pela equipe da unidade com relação ao seu desenho, limites das zonas e objetivos de cada uma. A equipe elaborou uma Nota Técnica observando os ajustes necessários nos pontos/zonas de manejo em relação ao zoneamento uniformizado proposto no Roteiro Metodológico de Planos de Manejo de Unidades de Conservação (ICMBIO, 2018).

1º Exercício para análise do Zoneamento Interno

PERGUNTA ORIENTADORA: QUAIS AJUSTES SÃO NECESSÁRIOS EM RELAÇÃO AS ZONAS E AOS OBJETIVOS DE MANEJO?

Exercício 1 (Plenária) – Será apresentado aos participantes as zonas existentes, quanto aos seus limites, objetivos e normas.

Exercício 2 (Plenária) – Será apresentado aos participantes os ajustes recomendados na Nota Técnica SEI/ICMBio nº 4267451, assim como as justificativas.

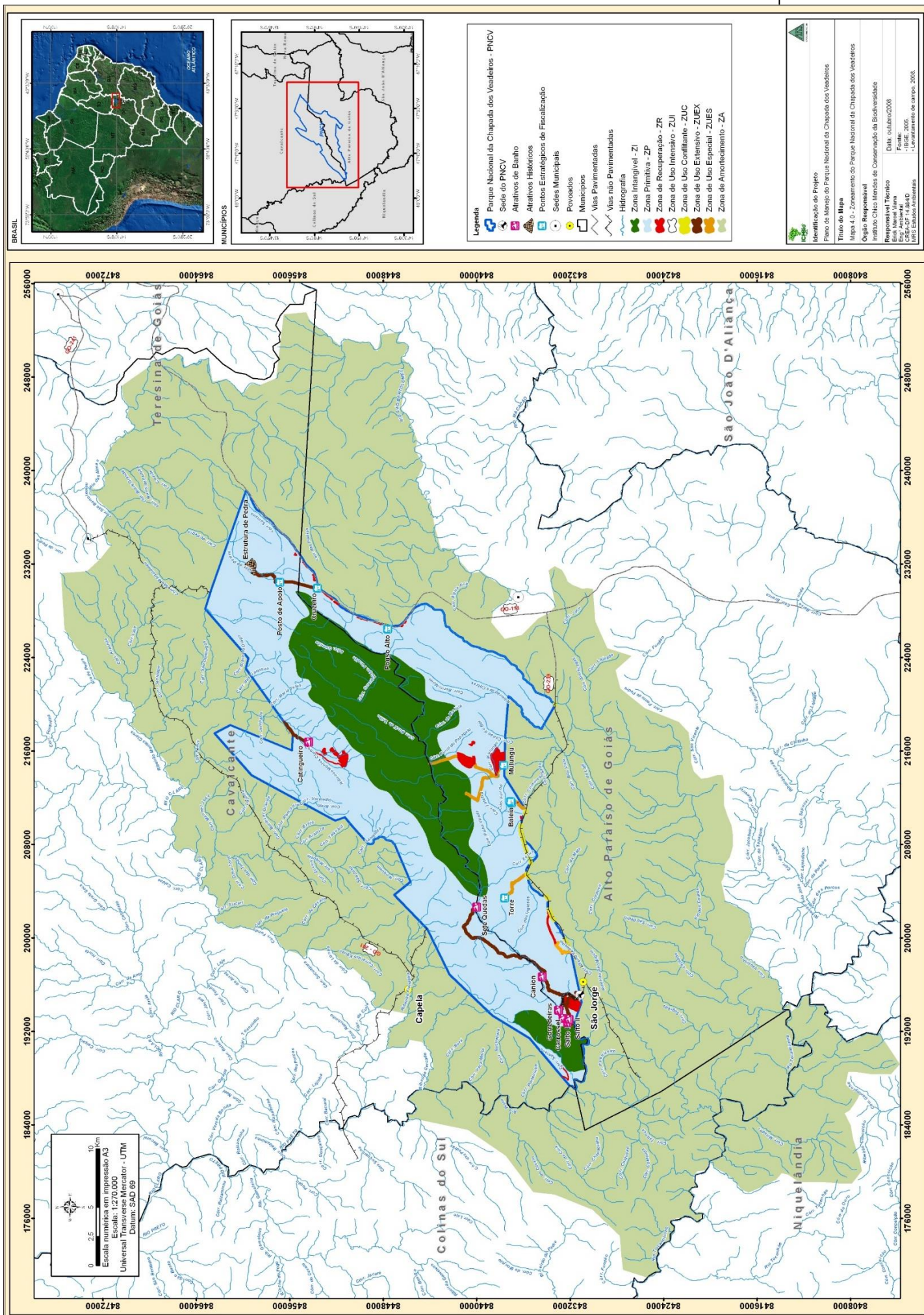
Exercício 3 (Plenária) – O grupo fará suas considerações, que serão avaliadas posteriormente pela equipe de planejamento.

As Zonas estabelecidas no Plano de Manejo vigente se baseiam no Regulamento dos Parques Nacionais Brasileiros, aprovado pelo Decreto nº 84.017, de 21/09/1979 e no Roteiro Metodológico de Planejamento: Parque Nacional, Reserva Biológica e Estação Ecológica (GALANTE et al., 2002).

Os critérios adotados para o estabelecimento do zoneamento da UC e da Zona de Amortecimento – ZA foram: fragilidade ambiental, usos conflitantes, micro-bacias hidrográficas, relevo, registro de espécies ameaçadas de extinção, potencial de visitação e fitofisionomias, conforme indicado no Roteiro Metodológico de Planejamento de 2002.

Sendo assim, para atender aos objetivos gerais das UC de proteção integral e aos objetivos específicos de manejo do PNCV, na época foram definidas sete (7) zonas mais a zona de amortecimento.

A seguir apresentamos o mapa de zoneamento do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros definido no Plano de Manejo vigente, sem considerar a área ampliada do Parque em 2017.





ZONA INTANGÍVEL – ZI

No novo Roteiro esta Zona é semelhante a Zona de Preservação.

Definição: “É aquela onde a primitividade da natureza permanece o mais preservada possível, não se tolerando quaisquer alterações humanas, representando o mais alto grau de preservação” (GALANTE et al., 2002). Funciona como matriz de repovoamento para outras zonas onde já são permitidas atividades humanas regulamentadas. Esta zona é dedicada à proteção integral de ecossistemas, dos recursos genéticos e ao monitoramento ambiental.

Objetivo Geral: Preservar o ambiente natural, garantindo a proteção integral e a evolução natural.

Objetivos Específicos:

- Proteger integralmente o sistema lacustre formado pelas Sete Lagoas, assegurando habitats para a fauna;
- Proteger em grande parte a bacia do Rio Preto e suas nascentes;
- Proteger os campos rupestres e ambientes associados a altitudes superiores a 1000 metros na porção Norte do Parque;
- Proteger a diversidade florística e faunística do Vale do Rio Preto e parte da Serra de Santana, localizados no Bico do Gavião.

ZONA PRIMITIVA - ZP

No novo Roteiro esta Zona é semelhante a Zona de Conservação.

Definição: “É aquela onde tenha ocorrido pequena ou mínima intervenção humana, contendo espécies da flora e da fauna ou fenômenos naturais de grande valor científico. Deve possuir características de transição entre a zona intangível e a zona de uso extensivo” (GALANTE et al., 2002).

Objetivo Geral: Preservar o ambiente natural, possibilitando a realização de pesquisa científica, fiscalização, monitoramento, educação ambiental e a visitação restrita.

Objetivos Específicos:

- Assegurar maior proteção à vegetação de Cerrado e sua fauna associada;
- Amortecer a pressão das atividades humanas sobre as zonas intangíveis;
- Promover pesquisa científica da biota local, sobretudo das espécies raras, endêmicas e ameaçadas;
- Conservar as amostras das diferentes tipologias vegetais do PNCV;
- Proteger amostras representativas das fitofisionomias associadas aos diversos gradientes altitudinais;
- Garantir a continuidade dos processos naturais de sucessão ecológica dos ecossistemas que, entre outras condições, contribuirão de forma efetiva à manutenção genética;
- Proteger parte da bacia do rio Preto e seus tributários, bem como os demais recursos hídricos que drenam para fora do Parque;

- Proporcionar visitas de modo restrito sem a implantação de qualquer infra-estrutura;
- Favorecer a realização de pesquisa científica e educação ambiental em ambientes mais protegidos.



ZONA DE USO EXTENSIVO – ZUE

No novo Roteiro esta Zona é semelhante a Zona de Uso Moderado.

Definição: “É aquela constituída, em sua maior parte, por áreas naturais, podendo apresentar alguma alteração antrópica, caracterizando-se como uma transição entre a zona primitiva e a zona de uso intensivo” (GALANTE et al., 2002).

Objetivo Geral: Manter um ambiente natural com mínimo impacto humano, permitindo o acesso fácil do público para fins educativos e recreativos, visando também a proteção, a pesquisa e o monitoramento, procurando harmonizar as atividades humanas permitidas com a preservação dos ecossistemas naturais.

Objetivos Específicos:

- Propiciar condições de monitoramento da visita no PNCV, de modo a minimizar o impacto desta sobre o ambiente natural, controlando a intensidade tanto em número de pessoas quanto na presença de infra-estrutura e estruturas facilitadoras;
- Proporcionar condições para o exercício de atividades na natureza, por meio de caminhadas em trilhas, contemplação e banho;
- Diversificar as atividades de visita pública, viabilizando percursos de longa distância e outras atividades, desde que aprovado seus estudos específicos;
- Apoiar ações de fiscalização a fim de evitar a ocorrência de crimes ambientais e acessos não autorizados;
- Exercer maior controle e proteção sobre a área do Parque, evitando a ocorrência de incêndios;
- Proporcionar e incentivar a prática de atividades de pesquisa científica e monitoramento ambiental;
- Promover a divulgação e valorização do Parque;
- Oferecer oportunidades de visita às pessoas com habilidades diferenciadas;
- Permitir o contato com a natureza de modo a proporcionar a sensibilização aliada à educação ambiental.

ZONA DE USO INTENSIVO - ZUI

No novo Roteiro esta Zona é semelhante a Zona de Infraestrutura.

Definição: “É aquela constituída por áreas naturais ou alteradas pelo homem. O ambiente é mantido o mais próximo possível do natural, contendo as infra-estruturas básicas para recepção dos visitantes” (GALANTE et al., 2002).

Objetivo Geral: Facilitar o desenvolvimento de atividades de visita pública intensivas, recreação e educação ambiental em harmonia com o meio ambiente e oferecer infra-estrutura e equipamentos adequados para a recepção do visitante.



Objetivos Específicos:

- Instalar infra-estruturas para recepção dos visitantes como centro de visitantes, portarias de acesso, estacionamentos, dentre outras, conforme previstas no programa temático de uso público e áreas estratégicas internas;
- Possibilitar aos visitantes informações sobre o Parque, bem como outros assuntos relacionados à conservação dos recursos naturais e sua segurança na visitaç o;
- Proporcionar atividades de educa o ambiental, pesquisa cient fica e monitoramento ambiental;   Realizar o controle da visita o e a orienta o ao visitante.

ZONA DE USO ESPECIAL - ZUE

No novo Roteiro esta Zona   semelhante a Zona de Infraestrutura.

Defini o: “  aquela que cont m as  reas necess rias   administra o, manuten o e servi os da Unidade de Conserva o, abrangendo habita oes, oficinas e outros. Esta  rea deve ser controlada de forma a n o conflitar com seu car ter natural e deve localizar-se, sempre que poss vel, na periferia da Unidade de Conserva o” (GALANTE et al., 2002).

Objetivo Geral: Minimizar o impacto da implanta o das estruturas ou os efeitos das obras no ambiente natural ou cultural da Unidade.

Objetivos Espec ficos:

- Proporcionar alojamento e instala oes para colaboradores (pesquisadores, brigadistas, bombeiros, dentre outros), manuten o e servi os gerais administrativos para atender a operacionalidade do PNCV.
- Abrigar as infra-estruturas, facilidades e servi os para as diversas atividades necess rias   administra o, prote o e manuten o do Parque Nacional.

ZONA DE RECUPERA O - ZR

No novo Roteiro esta Zona   semelhante a Zona de Adequa o Ambiental.

Defini o: “  aquela que cont m  reas consideravelmente antropizadas.   uma zona provis ria, que uma vez restaurada, ser  incorporada novamente a uma das zonas permanentes” (GALANTE et al., 2002).

Objetivo Geral: Deter a degrada o dos recursos e restaurar as  reas degradadas.

Objetivos Espec ficos:

- Promover a recupera o desta zona de maneira natural ou induzida;
- Estimular a realiza o de pesquisa;
- Promover o monitoramento ambiental;
- Reintegrar as  reas recuperadas ao ecossistema original existente;
- Proteger as nascentes formadoras das microbacias dos c rregos Muquem e Gameleira.

ZONA DE USO CONFLITANTE - ZUC

No novo Roteiro esta Zona é semelhante a Zona de Diferentes Interesses Públicos.

Definição: “Constituem-se em espaços localizados dentro de uma UC, cujos os usos e finalidades, estabelecidos antes da criação da unidade, conflitam com os objetivos de conservação da área protegida” (GALANTE et al., 2002).

Objetivo Geral: Estabelecimento de normas e medidas para minimizar os impactos negativos decorrentes da presença da rodovia GO-239 nos trechos que esta adentra o Parque.

Objetivo Específico: Normatização do uso e adequação da rodovia GO-239 nos trechos em que adentra o PNCV.

ZONA DE AMORTECIMENTO - ZA

Definição: O entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições, específicas, com propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade (Lei 9.985/2000 Art. 2º Inciso XVIII).

Dentre os critérios de inclusão citam-se:

- A preservação da bacia hidrográfica dos rios: Preto, dos Couros, São Miguel, Tocantinzinho e das Almas, em sua totalidade, devido à biodiversidade e respectivas integrações dos ambientes, bem como a área de recarga de aquífero;
- A existência de importantes áreas de vegetação com baixo grau de intervenção, conferindo conectividade do fluxo gênico da flora e da fauna local e regional;
- Áreas com risco de expansão urbana adjacentes à UC;
- Áreas que possuem acidentes geográficos e aspectos cênicos notáveis situados próximos à UC;
- Remanescentes de ambientes naturais que podem atuar como corredores ecológicos ou áreas de ampliação do Parque;
- Áreas naturais preservadas com potencial de conectividade com a unidade de conservação;
- Sítios de alimentação, descanso/pouso e reprodução de espécies que ocorrem na UC, como por exemplo, o Mergus Octoscetaceus (Pato mergulhão).

Como critérios de exclusão citam-se:

- Áreas urbanas das sedes municipais de Alto Paraíso de Goiás, Cavalcante, Teresina de Goiás e o Distrito de São Jorge; e
- A existência de áreas identificadas como potenciais para a expansão urbana.

Objetivo Geral: Orientar e recomendar a adoção de praticas que minimizem os efeitos ou impactos negativos oriundos das atividades humanas que ocorrem no entorno do Parque.





IDENTIFICANDO ZONAS APROPRIADAS NA ÁREA AMPLIADA DO PNCV

Exercícios para Zoneamento

Pergunta orientadora:

QUAIS ZONAS DE MANEJO DEVEM SER ESTABELECIDAS PARA A ÁREA AMPLIADA DO PARQUE NACIONAL DA CHAPADA DOS VEADEIROS?

Exercício 1 (plenária): Analisando os mapas temáticos do PNCV e observando os exemplos de zonas do guia, quais zonas são importantes ao desenvolver o planejamento de manejo da UC.

Considerações para Localizar Zonas de Manejo em um Mapa:

- Alocar zonas de manejo em áreas geográficas em toda a UC com base no propósito, significância e recursos fundamentais e valores da UC.
- Considerar totalmente cada potencial da área, não apenas as condições existentes. Até as zonas degradadas devem ser zoneadas com base nos seus recursos e valores, como também possíveis abordagens às melhorias, deixando de lado as condições existentes e erros anteriores.
- Pergunte: “Quais as possíveis áreas para um tipo específico de manejo e uso?” e “Que tipos de manejo e uso são possíveis para esta área específica?”
- Assegurar que as zonas de manejo possuam pontos de referências identificáveis no campo.
- Evitar definir zonas para áreas muito pequenas e baseadas em um único critério.
- As zonas não necessariamente possuem as mesmas referências em cada caso. Diferentes características de uma zona ajudam a distinguir abordagens para alcançar o objetivo e manter o significado, recursos e valores fundamentais da UC.

Exercício 2 (pequenos grupos): Cada grupo trabalhará uma ou duas zonas propostas no exercício anterior, propondo a delimitação da zona no mapa base bem como seus objetivos e suas normas básicas.

- Mapas temáticos e computadores serão instrumentos de apoio.
- Cada grupo terá um relator fixo.

Diferentes opiniões sobre as condições desejadas para os recursos e valores fundamentais de várias localidades são expressas por meio da aplicação do zoneamento. Da mesma maneira, ao se criar os mapas de zoneamento, pode ser um desafio decidir como equilibrar ou priorizar a sobreposição e também recursos e valores fundamentais, potencialmente competitivos. Por exemplo, valores fundamentais para a UC podem incluir recifes de coral e a oportunidade de vivenciar estes recifes de coral, como segue:

- Uma zona pode colocar alta prioridade na sensibilidade ecológica do recife e proibir o acesso (deixando esta experiência a outra abordagem, tal como um vídeo).

Exercício 3 (plenária): os resultados do trabalho produzidos nos grupos serão apresentados à plenária para a consolidação do zoneamento em um único mapa. O grupo fará suas considerações, definindo o zoneamento da UC.



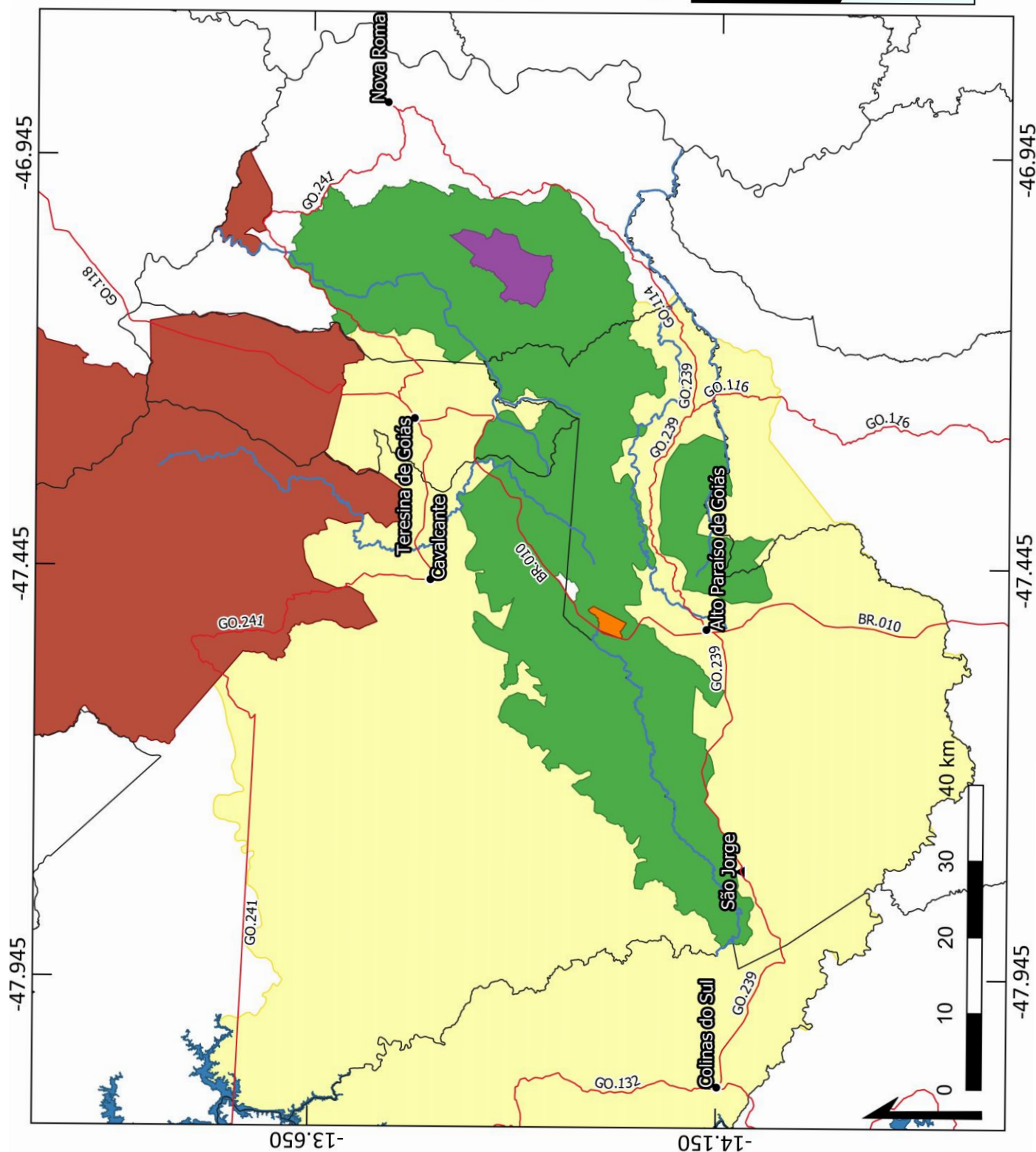
PARQUE NACIONAL DA CHAPADA DOS VEADEIROS

Sistema de coordenadas: WGS 84
Data: Maio/2019

- Parque Nacional
- APA Estadual
- ESEC Estadual
- RPPN Federal
- Território Quilombola
- Massa d'água
- Limite Municípios
- Rios
- Rodovias



Elaboração: Thiago da Costa Dias





ATOS LEGAIS, ADMINISTRATIVOS E NORMAS

A identificação de atos legais e atos administrativos é parte essencial do plano de manejo de uma UC. Muitas decisões de manejo em uma UC são dirigidas ou influenciadas por atos legais e atos administrativos com outros órgãos federais, estaduais ou municipais, empresas de utilidade pública, organizações parceiras e outras entidades.

Os **atos legais** são requisitos específicos de cada UC que devem ser atendidos. São exemplos, instruções normativas e portarias específicas, eventualmente existentes.

Os **atos administrativos** são, em geral, acordos que tenham sido atingidos por meio de processos formais e documentados. São exemplos, os termos de compromisso, acordos de cooperação, convênios etc.

Os atos legais e os atos administrativos podem respaldar, em muitos casos, uma rede de parcerias que auxiliam a cumprir os objetivos da UC e facilitam as relações de trabalho com outras organizações.

As **normas** gerais são regras ou diretivas feitas e mantidas pela UC que guiam o manejo e o uso da área. Constituem componente essencial de gestão e planejamento de uma UC.

Durante a oficina de plano de manejo, é importante levar em consideração eventuais atos legais e atos administrativos aplicáveis à UC porque:

- eles responsabilizam os gestores da UC a realizarem ações específicas (tal como alguma ação exigida por ordem judicial)
- acrescentam outra dimensão ao propósito e à significância da área
- complementam o quadro de normas gerais da Unidade de Conservação a ser observado



Melhores práticas para se identificar atos legais e administrativos

Os atos legais para uma UC

- são requisitos exclusivos que aquela UC precisa cumprir.
- podem estar expressos no decreto de criação da UC, em legislação distinta após a designação da UC ou em processo judicial.
- pode ampliar o propósito da UC ou apresentar elementos não relacionados ao propósito da UC.
- não são um inventário de todas as leis aplicáveis ao sistema federal de unidades de conservação.

Os atos administrativos de uma UC

- são acordos firmados por meio de processos formais documentados (como um memorando de entendimento se comprometendo a respeitar as políticas de uma comissão de manejo de órgãos públicos diversos).

As normas de uma UC

- são as regras ou diretivas mantidas por aquela UC para orientar o uso e o manejo da área.

Construindo as normas gerais

Exercício 1 (plenária): serão apresentados e avaliados em plenária os atos legais e administrativos relacionados à UC, para nivelamento, atualização e complementação da lista existente.

Exercício 2 (pequenos grupos): Um conjunto de temas a serem normatizados na UC será distribuído em pequenos grupos, organizados por afinidade aos temas. Cada grupo irá avaliar os temas e exemplos de normas existentes para outras UC, relatando em uma tabela a indicação de manutenção, exclusão, revisão, fusão ou adequação dos exemplos ao Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros. Será relatada também a necessidade de normas a serem elaboradas, de maneira complementar. Não é necessário se preocupar com a redação final de novas normas, mas na ideia principal da regulação.

Exercício 3 (plenária): O relator de cada grupo apresentará as contribuições do pequeno grupo para as normas analisadas, e as demandas de novas normas. Os resultados dos grupos serão discutidos em plenária.



Exemplos de Atos Legais e Atos Administrativos:

- Direito de uso estabelecidos referentes a pastagem, mineração, pesca comercial, caça etc.
- Requisitos para desvio de água / obrigações de abastecimento de água
- Direito de passagem para concessionárias públicas
- Contratos de longo prazo
- Parcerias obrigatórias ou voluntárias
- Acordos intergovernamentais (por exemplo, entre a UC e o governo municipal)
- Contratos de servidão sobre as terras da UC
- Autorizações para uso comercial
- Termo de cooperação técnica com instituições de ensino/pesquisa
- Termo de ajustamento de conduta entre o MPF, infrator e UC
- Termo de reciprocidade com instituições diversas
- Restrições sobre atividades recreativas
- Restrições sobre a coleta de plantas e animais
- Áreas fechadas ao público (permanente ou temporariamente)

Instrumento Legal	Resumo	Ano	Fonte
Portaria IBAMA nº 82, de 26 de junho de 2001	Dispõe sobre a criação do Conselho do PNCV – CONPARQUE, com a finalidade de contribuir com o planejamento de suas ações	2001	Palácio do Planalto (DOU) IBAMA
Portaria ICMBio nº 08, 07 de outubro de 2015	Dispõe sobre o Conselho do PNCV – CONPARQUE	2015	Palácio do Planalto (DOU) ICMBio
Instrução Normativa ICMBio nº 2, de 3 de maio de 2016	Dispõe sobre Condução de Visitantes em Dispõe sobre normas e procedimentos administrativos para Autorização de uso para a prestação do serviço de condução de visitantes em UCs federais	2016	Palácio do Planalto (DOU) ICMBio
Portaria ICMBio nº 205, de 11 de julho de 2013	Estabelece normas e procedimentos para o credenciamento e a Autorização de Uso para exercício da atividade comercial de condução de visitantes, no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros.	2013	Palácio do Planalto (DOU) ICMBio
Portaria ICMBio nº 24, de 14 de abril de 2016	Estabelece normas e procedimentos para o cadastramento e a Autorização de Uso para o exercício da atividade comercial de canionismo no PNCV	2016	Palácio do Planalto (DOU) ICMBio
Instrução Normativa ICMBio nº 5, de 19 maio de 2016	Estabelece os procedimentos para a Compensação de Reserva Legal, em imóveis localizados no interior de Unidades de Conservação Federais de domínio público, visando à regularização da sua situação fundiária	2016	Palácio do Planalto (DOU) ICMBio
Instrução Normativa ICMBio nº 2, de 3 de setembro de 2009	A presente Instrução Normativa regula os procedimentos técnicos e administrativos para a indenização de benfeitorias e desapropriação de imóveis rurais localizados em unidades de conservação federais de domínio público.	2009	Palácio do Planalto (DOU) ICMBio

Resolução CONAMA nº 428, de 17 de dezembro de 2010	Dispõe, no âmbito do licenciamento ambiental sobre a autorização do órgão responsável pela administração da Unidade de Conservação (UC), de que trata o § 3º do artigo 36 da Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000, bem como sobre a ciência do órgão responsável pela administração da UC no caso de licenciamento ambiental de empreendimentos não sujeitos a EIA-RIMA e dá outras providências. (Trata de UCs cujas ZAs não estejam estabelecidas (na forma de Decreto) pois elas sujeitam-se ao procedimento previsto nessa Resolução)	2010	(Correlações: • Alterada pela Resolução nº 473/2015 (altera o §2º do art. 1º e o inciso III do art. 5º) • Altera as Resoluções nº 347/2004, e nº 378/2006 • Revoga as Resoluções nº 10/1988, nº 11/1987, nº 12/1988, nº 13/1990)
Edital de Concorrência nº 02/2018	Dispõe sobre o processo de concorrência pública para Concessão de Serviços de Apoio à Visitação no PNCV	2018	Palácio do Planalto (DOU) ICMBio
Termo de Contrato de Concessão nº 02/2018. Está no Processo SEI: 02070.006333/2018-81, na forma do documento SEI nº 4363895	Contrato de Concessão firmado entre o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e a Sociparques, para a prestação de serviços de apoio à visitação no PNCV.	2018	ICMBio Processo SEI: 02070.006333/2018-81
Instrução Normativa ICMBio nº 07 de 21 de dezembro de 2017	Estabelece diretrizes e procedimentos para elaboração e revisão de planos de manejo de unidades de conservação da natureza federais.	2017	Palácio do Planalto (DOU) ICMBio

DIRETORIA DE CRIAÇÃO E MANEJO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

Homero de Giorge Cerqueira - Presidente

DIRETORIA DE CRIAÇÃO E MANEJO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Marcos de Castro Simanovic – Diretor

COORDENAÇÃO GERAL DE CRIAÇÃO, AVALIAÇÃO E PLANEJAMENTO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Bernardo Ferreira Alves de Brito - Coordenador Geral Substituto

COORDENAÇÃO DE ELABORAÇÃO E REVISÃO DO PLANO DE MANEJO

Ana Rafaela D' Amico - Coordenadora

ELABORAÇÃO

Nádia Malena Moda

Maria Carolina Alves Camargo - Analista Ambiental -PN Chapada dos Veadeiros –

Mônia Laura Faria Fernandes- Analista Ambiental – Equipe Ampliada COMAN/CGCAP/DIMAN/ICMBio

REVISÃO E CONTRIBUIÇÃO AO GUIA

Desireé Cristiane Barbosa da Silva –
COMAN/CGCAP/DIMAN/ICMBIO

ELABORAÇÃO DOS MAPAS

Tiago da Costa Dias

